



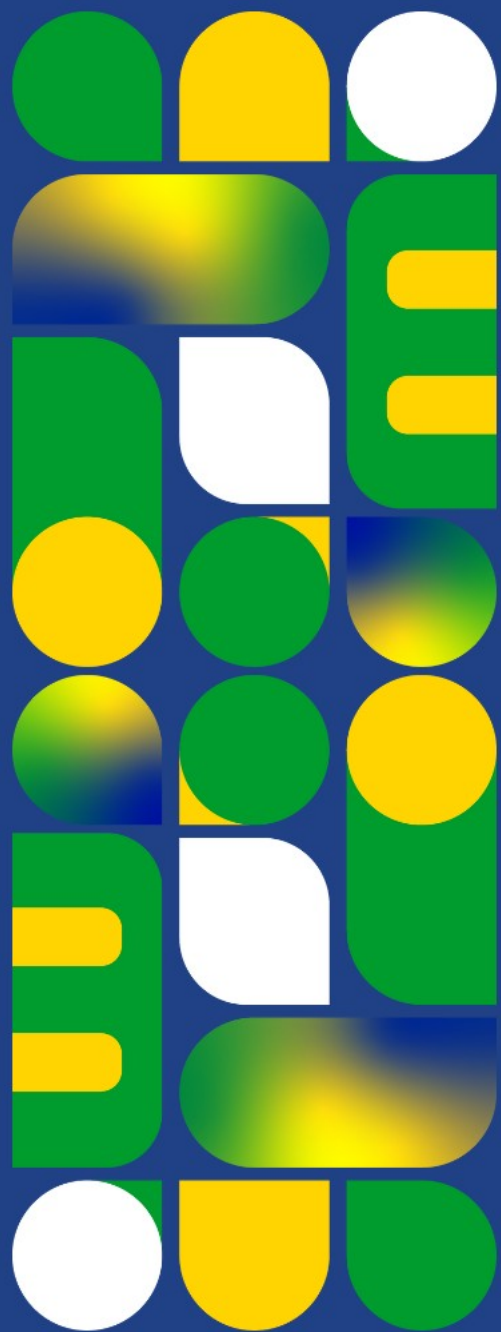
Boletim Econômico

Este boletim apresenta um resumo das principais receitas do Estado de Goiás, incluindo a Receita Corrente Líquida, a Receita Total, a Arrecadação Bruta, a Execução Orçamentária e o Resultado Orçamentário.

Atualizado no mês desta edição.

Edição de junho de 2026





A edição de junho de 2026 apresenta os principais destaques da arrecadação estadual, com foco no desempenho do ICMS por setores macroeconômicos, além dos resultados do IPVA, ITCD, PROTEGE, FUNDEINFRA e das Transferências Constitucionais.

No campo das despesas, o boletim detalha a execução orçamentária, contemplando as etapas de dotação, empenho, liquidação e pagamento, bem como a distribuição por grupos de despesa e modalidade de aplicação.

Em junho de 2026, o Estado de Goiás registrou uma Receita Total acumulada de R\$ 24,83 bilhões, resultado que representa um crescimento acumulado de 4,11% em relação ao mesmo período do ano anterior. No mesmo período, as despesas liquidadas somaram R\$ 24,41 bilhões, gerando um Resultado Orçamentário de R\$ 418,34 milhões.

A Receita Corrente Líquida acumulada em 12 meses atingiu R\$ 44,86 bilhões, representando um crescimento de 4,37%.

Renata Lacerda Noleto
Secretária de Estado da Economia

SUMÁRIO

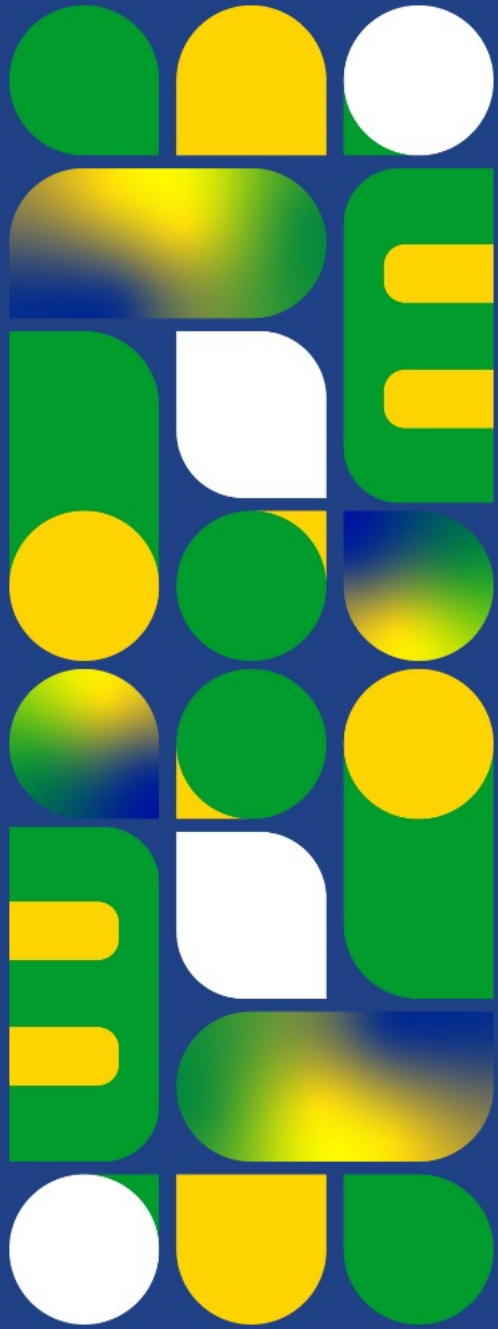
1. Receita Orçamentária	7
1.1 Receita Total (RT)	8
1.2 Transferências Correntes	10
2. Arrecadação Tributária	11
2.1 Arrecadação bruta do ICMS	12
2.2 Análise por Setor	13
2.3 Arrecadação bruta do IPVA	20
2.4 Arrecadação bruta do ITCD	21
2.5 Recuperação de Créditos	22
2.6 Arrecadação do PROTEGE	23
2.7 Arrecadação do FUNDEINFRA	24



SUMÁRIO

3. Execução Orçamentária	25
3.1 Despesa Empenhada (Incluindo Poderes)	26
3.2 Despesa Empenhada (Apenas Executivo)	28
3.3 Despesa Liquidada	30
3.4 Mínimos Constitucionais	31
4. Principais Resultados	33
4.1 Resultado Orçamentário	34
4.2 Resultado Primário	35
4.3 Receita Corrente Líquida (RCL)	36
4.4 Despesa com Pessoal sobre RCL	37
4.5 Disponibilidade de Caixa	38





Desempenho da Receita Estadual em junho de 2026

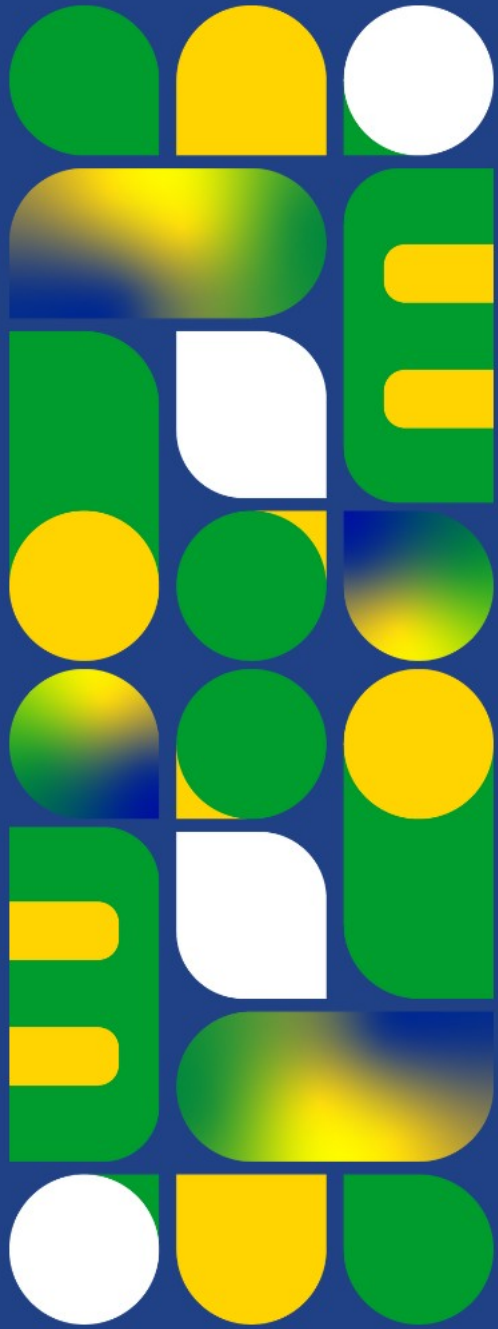
O Estado de Goiás registrou uma receita total de R\$ 24,83 bilhões de janeiro a junho de 2026, representando um crescimento de 4,11% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando as Receitas Orçamentárias Líquidas, após as transferências para os municípios e para o FUNDEB, o ICMS apresentou um aumento de R\$ 1,17 bilhão (13,68%) na comparação com o mesmo período de 2025. As receitas do IPVA registraram um crescimento acumulado de R\$ 18,44 milhões (3,44%), enquanto o ITCD apresentou uma queda de arrecadação de R\$ 18,36 milhões (-5,25%).

Elevação das transferências correntes

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) são importantes fontes de receita oriundas de transferências correntes do Governo Federal. No acumulado de janeiro a junho de 2026, o FPE registrou montante de R\$ 2,66 bilhões, enquanto o FUNDEB acumulou R\$ 2,46 bilhões. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o FPE apresentou crescimento de 12,43% e o FUNDEB aumento de 19,60%.

Arrecadação bruta em junho de 2026

A arrecadação bruta do ICMS de janeiro a junho de 2026 apresentou um crescimento de 11,54% em relação ao mesmo período de 2025, alcançando R\$ 16,24 bilhões, contra R\$ 14,56 bilhões do ano anterior. Esse resultado foi impulsionado pelos seguintes setores: Combustíveis, que apresentou aumento de 19,45%, devido à atualização das alíquotas do ICMS monofásico, à evolução dos volumes comercializados e a alteração no calendário de recolhimento implementada em 2025; No setor de Energia Elétrica, a arrecadação registrou incremento de 25,81%, influenciado por fatores como o reajuste tarifário e os efeitos do programa "Negocie Já II"; e Comunicação (20,08%), influenciada pela regularização de débitos e pelo fortalecimento das atividades de monitoramento fiscal.



Destaque na arrecadação bruta do IPVA, ITCD e FUNDEINFRA

No acumulado de janeiro a junho de 2026, a arrecadação bruta do IPVA foi de R\$ 1,39 bilhão (+1,41% em relação a 2025). O ITCD somou R\$ 427,32 milhões (-3,43%). Já o FUNDEINFRA arrecadou R\$ 121,23 milhões, queda de 76,82% frente ao mesmo período de 2025 (R\$ 523,07 milhões), em razão do encerramento da contribuição pela Lei nº 24.133/2026.

Investimentos em saúde e educação

Na aplicação de recursos vinculados, a área da saúde registrou R\$ 4,29 bilhões em despesas empenhadas. Já na educação, de janeiro a junho de 2026 foram empenhados, com Recursos de Impostos (exceto FUNDEB), R\$ 1,99 bilhão, enquanto as Despesas custeadas com recursos do FUNDEB somaram R\$ 2,49 bilhões. Assim, o valor total aplicado em educação alcançou R\$ 4,48 bilhões.

Principais resultados fiscais

O Estado apresentou, no acumulado até junho, superávit orçamentário de R\$ 418,34 milhões e déficit primário de R\$ 745,39 milhões. A Receita Corrente Líquida atingiu R\$ 44,86 bilhões em junho (acumulado dos últimos 12 meses), representando um crescimento de 4,37% em relação a 2025. Em relação ao indicador de Despesa com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida Ajustada, esse percentual ficou em 40,72%, abaixo do limite de alerta de 43,74%.

Por fim, a Disponibilidade de Caixa Bruta somou R\$ 11,82 bilhões. Após a dedução da parcela fora da Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE), um montante de R\$ 2,89 bilhões, dos Restos a Pagar de R\$ 780,36 milhões e de outras obrigações financeiras de R\$ 381,68 milhões, a Disponibilidade de Caixa Líquida da CUTE totalizou R\$ 7,77 bilhões.

1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

1.1	Receita Total (RT)	8
1.2	Transferências Correntes	10

Esta seção apresenta uma visão geral da arrecadação estadual, comparando-a ao mesmo período do ano anterior. Além disso, apresenta-se um panorama sintético das receitas orçamentárias, seguindo um formato semelhante ao do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Por fim, detalham-se as receitas oriundas das transferências correntes.



Receita Total (RT)

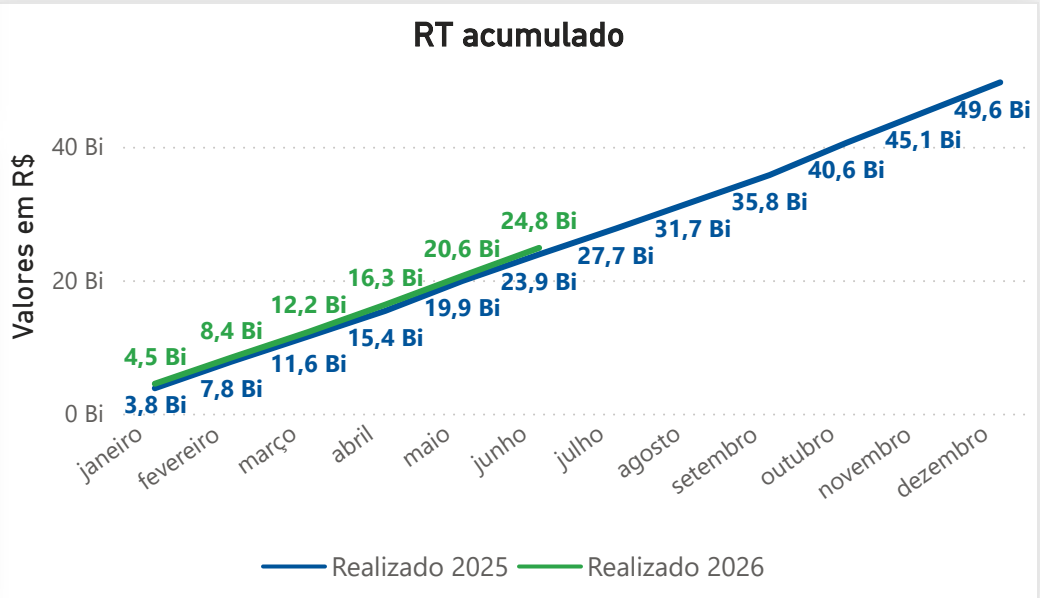
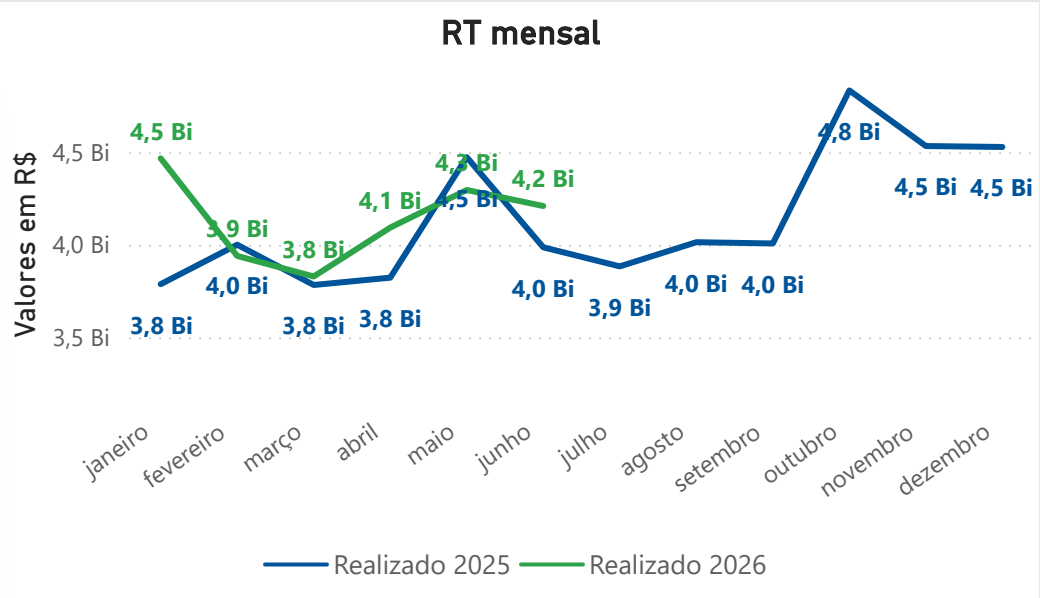
Acumulada e mensal

Mês	Mensal 2025	Mensal 2026	Acumulado 2025	Acumulado 2026	Diferença (%) Mensal		Diferença (%) Acumulado	
janeiro	3.787 Mi	4.466 Mi	3.787 Mi	4.466 Mi	▲	17,93%	▲	17,93%
fevereiro	4.000 Mi	3.940 Mi	7.788 Mi	8.406 Mi	▼	-1,51%	▲	7,94%
março	3.783 Mi	3.829 Mi	11.571 Mi	12.235 Mi	▲	1,21%	▲	5,74%
abril	3.822 Mi	4.093 Mi	15.393 Mi	16.328 Mi	▲	7,07%	▲	6,07%
maio	4.473 Mi	4.296 Mi	19.866 Mi	20.623 Mi	▼	-3,96%	▲	3,81%
junho	3.986 Mi	4.209 Mi	23.852 Mi	24.832 Mi	▲	5,59%	▲	4,11%
julho	3.883 Mi		27.735 Mi					
agosto	4.014 Mi		31.749 Mi					
setembro	4.007 Mi		35.756 Mi					
outubro	4.833 Mi		40.589 Mi					
novembro	4.533 Mi		45.122 Mi					
dezembro	4.528 Mi		49.649 Mi					

No acumulado de junho de 2026, a Receita Total atingiu **R\$ 24,83 bilhões**, representando crescimento de **4,11%** em relação ao mesmo período do ano anterior. A Receita Total se divide em:

- Receitas Correntes, representando o montante de **R\$ 23,84 bilhões**;
- Receitas de Capital, representando o montante de **R\$ 71,50 milhões**.
- Receitas intraorçamentárias, representando o montante de **R\$ 918,46 milhões**.

Os detalhes estão na Tabela da página 9.



Receita Total (RT)

Resultado em junho de 2026

Natureza de receita	Acumulado 2026 (Realizado até Jun)	Acumulado 2025 (Realizado até Jun)	Diferença (2026 - 2025)	Diferença % (2026 - 2025)
1. RECEITAS CORRENTES	23.842,39 Mi	22.943,21 Mi	899,18 Mi	3,92%
1.1. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	13.927,75 Mi	12.493,51 Mi	1.434,24 Mi	11,48%
ICMS	9.757,52 Mi	8.583,57 Mi	1.173,95 Mi	13,68%
IPVA	554,68 Mi	536,24 Mi	18,44 Mi	3,44%
ITCD	331,58 Mi	349,94 Mi	-18,36 Mi	-5,25%
IRRF	1.592,11 Mi	1.510,31 Mi	81,80 Mi	5,42%
Outras receitas tributárias	1.691,87 Mi	1.513,45 Mi	178,42 Mi	11,79%
1.2. CONTRIBUIÇÕES	1.030,03 Mi	981,58 Mi	48,45 Mi	4,94%
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	1.140,02 Mi	1.443,03 Mi	-303,01 Mi	-21,00%
1.4. RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00 Mi	0,02 Mi	-0,02 Mi	-83,60%
1.6. RECEITA DE SERVIÇOS	97,47 Mi	87,12 Mi	10,35 Mi	11,88%
1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.973,67 Mi	5.554,77 Mi	418,90 Mi	7,54%
Cota-Parte do FPE	2.663,42 Mi	2.368,93 Mi	294,49 Mi	12,43%
Cota-Parte do IPI - LC 61/1989	68,40 Mi	59,87 Mi	8,53 Mi	14,24%
Transferências do FUNDEB	2.462,07 Mi	2.058,52 Mi	403,55 Mi	19,60%
Outras Transferências Correntes	779,78 Mi	1.067,45 Mi	-287,67 Mi	-26,95%
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.673,44 Mi	2.383,17 Mi	-709,72 Mi	-29,78%
Contribuições ao PROTEGE	755,23 Mi	789,40 Mi	-34,17 Mi	-4,33%
FUNDEINFRA	120,84 Mi	529,20 Mi	-408,36 Mi	-77,17%
Demais Receitas Correntes	797,38 Mi	1.064,56 Mi	-267,19 Mi	-25,10%
2. RECEITAS DE CAPITAL	71,50 Mi	28,38 Mi	43,12 Mi	151,96%
2.1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi	
2.2. ALIENAÇÃO DE BENS	2,92 Mi	2,95 Mi	-0,03 Mi	-1,00%
2.3. AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	4,88 Mi	5,16 Mi	-0,28 Mi	-5,48%
2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	63,69 Mi	20,26 Mi	43,43 Mi	214,37%
2.5. OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,02 Mi	0,01 Mi	0,01 Mi	66,67%
Demais receitas primárias	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi	
RECEITA TOTAL LÍQUIDA (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIA)	23.913,89 Mi	22.971,58 Mi	942,31 Mi	4,10%
Receitas Intraorçamentárias	918,46 Mi	880,37 Mi	38,09 Mi	4,33%
RECEITA TOTAL	24.832,35 Mi	23.851,95 Mi	980,40 Mi	4,11%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (S/ FONTES RPPS)	22.111,60 Mi	21.067,46 Mi	1.044,15 Mi	4,96%

Esta tabela traz uma fotografia mais detalhada das receitas estaduais contidas no Anexo 1 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) até o mês de **junho** de 2026.

Transferências Correntes

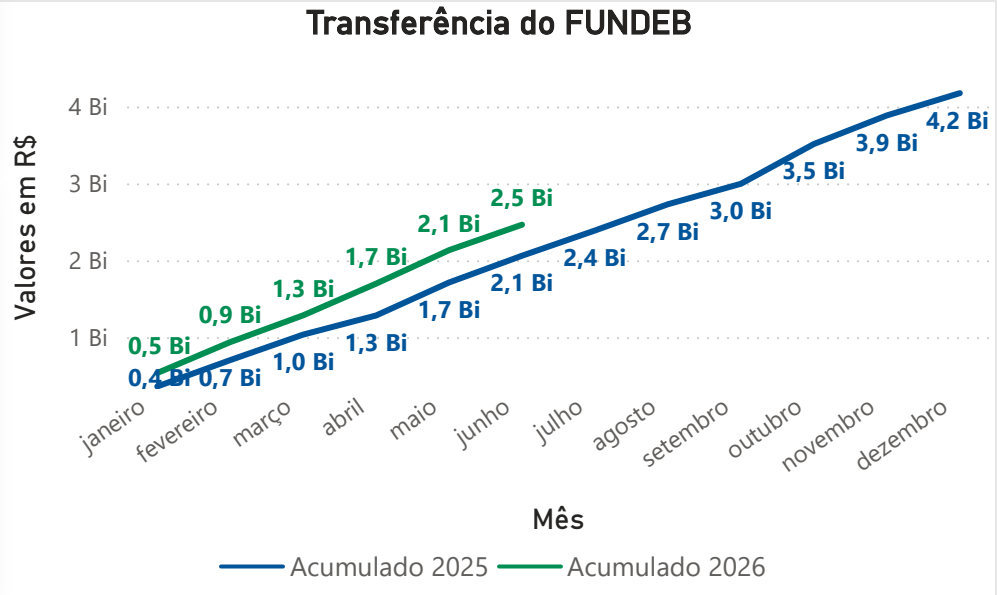
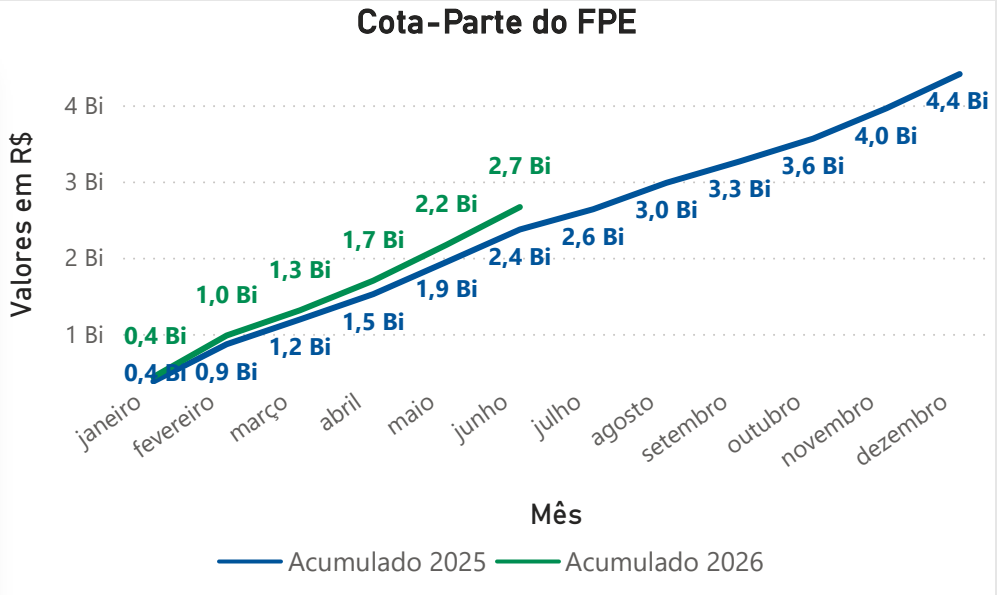
Resultado em junho de 2026

PUBLICADO EM: 17/08/2026

Mês	Mensal 2025 (FPE)	Mensal 2026 (FPE)	Acumulado 2025 (FPE)	Acumulado 2026 (FPE)	Mensal 2025 (FUNDEB)	Mensal 2026 (FUNDEB)	Acumulado 2025 (FUNDEB)	Acumulado 2026 (FUNDEB)
janeiro	375,94 Mi	434,17 Mi	375,94 Mi	434,17 Mi	358,06 Mi	533,23 Mi	358,06 Mi	533,23 Mi
fevereiro	488,38 Mi	544,74 Mi	864,31 Mi	978,91 Mi	342,77 Mi	401,69 Mi	700,83 Mi	934,92 Mi
março	324,87 Mi	330,43 Mi	1.189,18 Mi	1.309,35 Mi	331,72 Mi	348,38 Mi	1.032,55 Mi	1.283,30 Mi
abril	332,28 Mi	388,69 Mi	1.521,47 Mi	1.698,04 Mi	248,93 Mi	412,20 Mi	1.281,48 Mi	1.695,49 Mi
maio	421,85 Mi	470,51 Mi	1.943,32 Mi	2.168,55 Mi	429,11 Mi	435,41 Mi	1.710,59 Mi	2.130,90 Mi
junho	425,62 Mi	494,88 Mi	2.368,93 Mi	2.663,42 Mi	347,93 Mi	331,17 Mi	2.058,52 Mi	2.462,07 Mi
julho	265,67 Mi		2.634,61 Mi		328,27 Mi		2.386,80 Mi	
agosto	346,70 Mi		2.981,31 Mi		341,32 Mi		2.728,12 Mi	
setembro	280,75 Mi		3.262,05 Mi		266,24 Mi		2.994,37 Mi	
outubro	298,36 Mi		3.560,42 Mi		517,11 Mi		3.511,48 Mi	
novembro	397,73 Mi		3.958,15 Mi		371,47 Mi		3.882,95 Mi	
dezembro	449,31 Mi		4.407,46 Mi		289,83 Mi		4.172,78 Mi	

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) são importantes fontes de transferência de recursos para os estados. No acumulado até o mês de junho de 2026, o FPE registrou montante de **R\$ 2,66** bilhões, enquanto o FUNDEB acumulou **R\$ 2,46** bilhões. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o FPE apresentou crescimento de **12,43%** e o FUNDEB aumento de **19,60%**.

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) é diretamente influenciado pela arrecadação dos principais tributos federais que o compõem, notadamente o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Por sua vez, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) é financiado a partir de parcelas de tributos estaduais, como o ICMS, IPVA e ITCD. Os recursos arrecadados são redistribuídos entre os entes subnacionais com base em critérios que buscam promover maior equidade na oferta da educação básica.



2. ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

2.1	Arrecadação bruta do ICMS	13
2.2	Análise por Setor	14
2.3	Arrecadação bruta do IPVA	20
2.4	Arrecadação bruta do ITCD	21
2.5	Recuperação de Créditos	22
2.6	Arrecadação do PROTEGE	23
2.7	Arrecadação do FUNDEINFRA	24

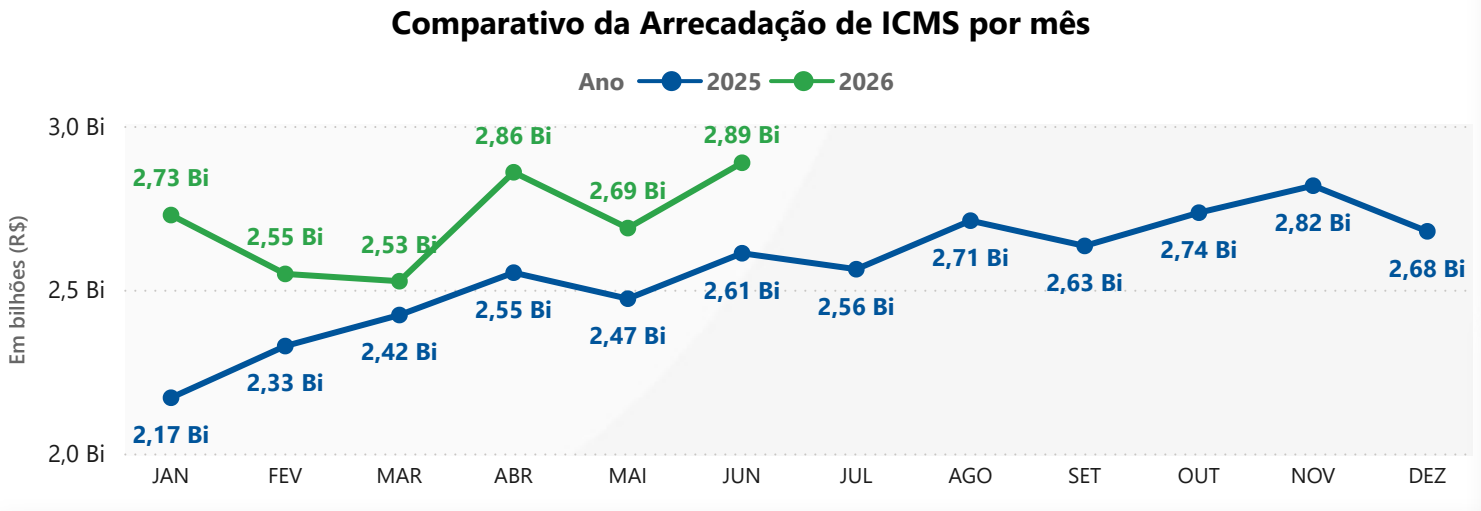
Esta seção apresenta a arrecadação bruta estadual, com destaque para os principais tributos: ICMS, segmentado pelos principais macrossetores, além de IPVA e ITCD. Ao final, apresentam-se informações sobre o programa de recuperação de crédito, a arrecadação destinada ao fundo PROTEGE e ao FUNDEINFRA. Os dados são fornecidos pela Superintendência de Informações Fiscais.



Arrecadação bruta do ICMS

Comparativo entre exercícios

PUBLICADO EM: 17/08/2026



Arrecadação do ICMS por segmento econômico (2025 x 2026)				
Segmento Econômico	ICMS (Acum. 2025)	ICMS (Acum. 2026)	Variação Percentual	
COMBUSTÍVEL	3.742.770.548,62	4.470.688.849,71	▲	19,45%
COMÉRCIO ATACADISTA E DISTRIBUIDOR	2.845.107.231,42	3.052.069.638,76	▲	7,27%
INDÚSTRIA	2.758.923.333,79	2.991.546.634,51	▲	8,43%
COMÉRCIO VAREJISTA	2.449.969.578,17	2.543.330.852,44	▲	3,81%
ENERGIA ELÉTRICA	1.104.775.992,20	1.389.950.960,68	▲	25,81%
OUTRAS	652.041.242,29	731.118.609,36	▲	12,13%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	414.870.244,89	460.192.722,13	▲	10,92%
COMUNICAÇÃO	289.775.024,33	347.954.540,61	▲	20,08%
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	251.740.083,51	211.618.704,94	▼	-15,94%
EXTRATOR MINERAL OU FÓSSIL	47.243.776,87	38.683.286,80	▼	-18,12%
Total	14.557.217.056,09	16.237.154.799,94		11,54%

Arrecadação de ICMS por mês			
Mês	Arrecadação ICMS (2025)	Arrecadação ICMS (2026)	Variação Percentual
JAN	2.170.205.091,01	2.728.071.023,84	▲ 25,71%
FEV	2.328.013.889,40	2.548.315.806,67	▲ 9,46%
MAR	2.422.794.072,51	2.526.061.561,33	▲ 4,26%
ABR	2.552.124.528,96	2.858.704.172,15	▲ 12,01%
MAI	2.472.660.901,73	2.688.273.411,37	▲ 8,72%
JUN	2.611.418.572,48	2.887.728.824,58	▲ 10,58%
Total	14.557.217.056,09	16.237.154.799,94	11,54%

No mês de junho de 2026, a arrecadação de ICMS totalizou **R\$ 2,89 bilhões**, registrando crescimento de **10,58%** em relação ao mesmo período do exercício anterior. No acumulado dos seis primeiros meses do ano, a arrecadação alcançou **R\$ 16,24 bilhões**, representando expansão de **11,54%** frente ao mesmo intervalo de 2025.

O desempenho observado no período foi impulsionado, principalmente, pelos setores de **combustíveis, energia elétrica, comunicação, indústria, comércio atacadista e distribuidor e comércio varejista**. O segmento de combustíveis permaneceu como o principal vetor de crescimento da arrecadação, acumulando expansão de **19,45%** no ano, arrecadação acumulada de **R\$ 4,4 bilhões**, reflexo, sobretudo, da atualização das alíquotas *ad rem* do ICMS monofásico e da evolução da arrecadação das distribuidoras de combustíveis.

O setor de energia elétrica apresentou crescimento de **13,15%** em junho de 2026 em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciado pelo reajuste tarifário aplicado à principal distribuidora do Estado, pela intensificação das ações de fiscalização e pelos recolhimentos decorrentes do programa **“Negocie Já II”**.

Entre os setores de maior representatividade econômica, a indústria registrou crescimento de **18,85%** no mês de junho, enquanto o comércio atacadista e distribuidor apresentou expansão de **6,34%**. O comércio varejista, por sua vez, registrou crescimento de **4,84%**, desempenho considerado favorável diante do cenário de desaceleração do consumo das famílias e da manutenção de condições financeiras ainda restritivas.

Por outro lado, alguns segmentos permanecem apresentando retração no acumulado do ano, com destaque para a **produção agropecuária (-15,94%)** e para o setor **extrativo mineral ou fóssil (-18,12%)**, refletindo fatores específicos que continuam impactando negativamente a arrecadação dessas atividades.

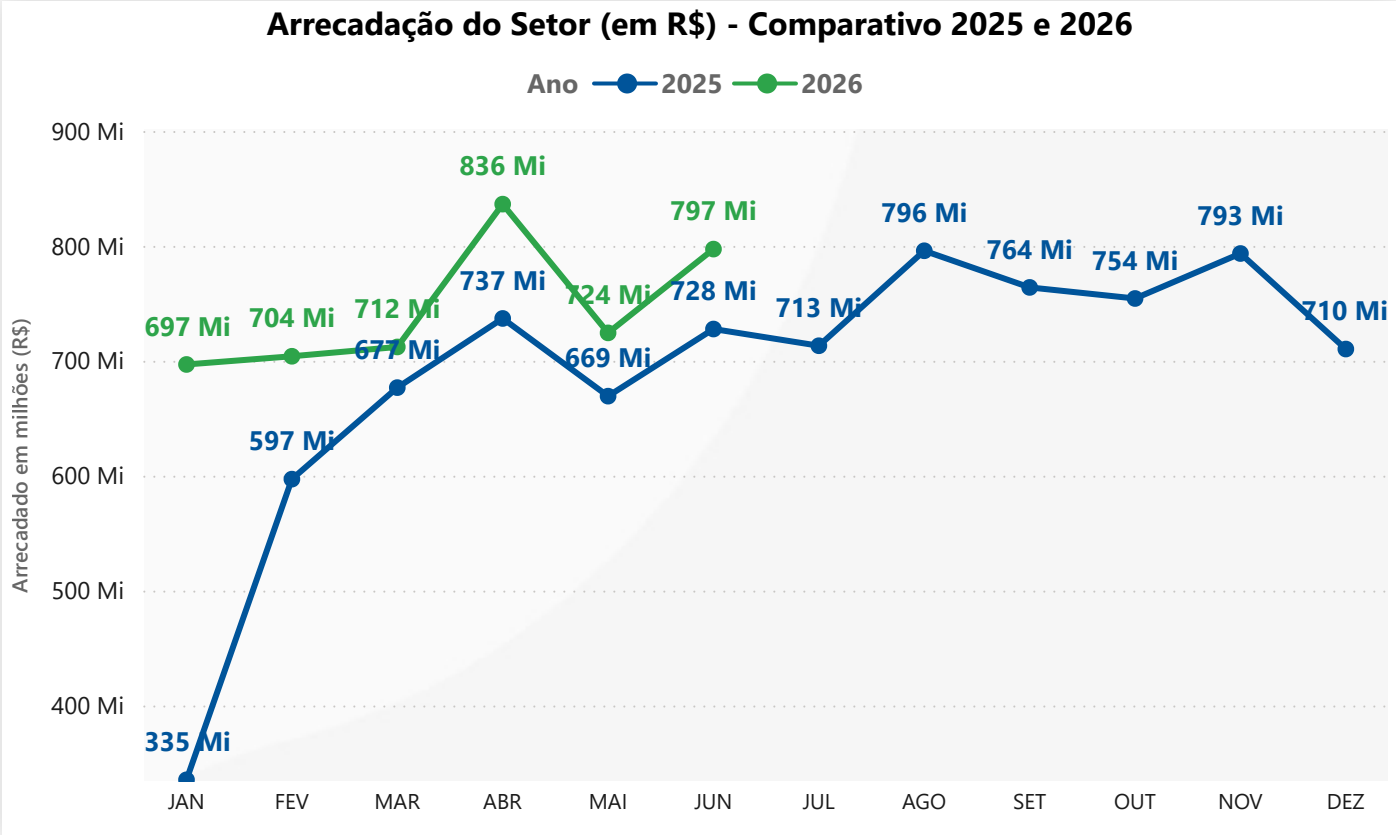
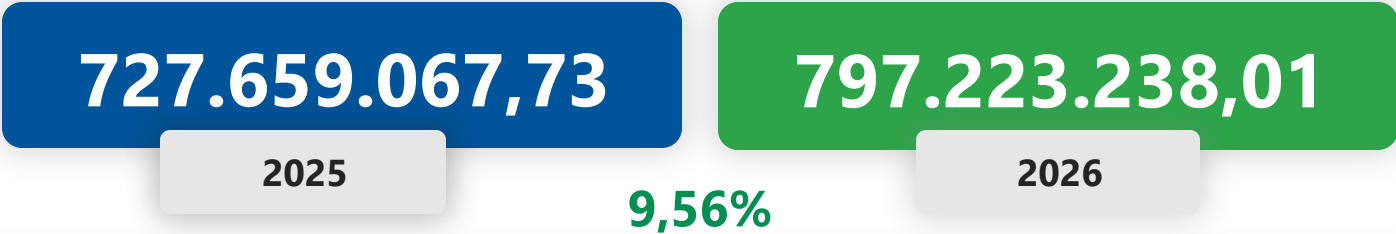
Análise do Setor

Combustível

PUBLICADO EM: 17/08/2026

ICMS Arrecadado pelo Setor: Junho

Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Combustíveis (GCOM)



O crescimento de **19,45%** na arrecadação acumulada de 2026, em comparação com o mesmo período do ano anterior, decorre, em grande medida, da alteração no calendário de recolhimento dos contribuintes do setor, implementada no início de 2025. Com o novo cronograma, o recolhimento de parcela significativa do ICMS do segmento, anteriormente realizado no próprio mês da operação, passou a ocorrer até o décimo dia do mês subsequente. Essa mudança reduziu a base de comparação de janeiro de 2025, primeiro mês de vigência da nova sistemática, acentuando o crescimento observado na arrecadação acumulada de 2026.

No que se refere ao desempenho de junho, cuja arrecadação apresentou crescimento de **9,56%** em relação ao mesmo mês de 2025, destacam-se como principais fatores a atualização das alíquotas *ad rem* do ICMS monofásico e a evolução da arrecadação das distribuidoras de combustíveis.

As alíquotas do ICMS monofásico foram reajustadas a partir de **1º de janeiro de 2026**, conforme os Convênios ICMS nº 112/2025 e 113/2025, contemplando aumentos para a gasolina e o etanol anidro (**6,8%**), o óleo diesel e o biodiesel (**4,5%**) e o GLP (**5,8%**). Essas alterações produziram efeitos positivos sobre a arrecadação nos meses subsequentes, contribuindo de forma relevante para o resultado observado em junho de 2026.

Adicionalmente, estima-se que aproximadamente um terço do crescimento da arrecadação registrado em junho de 2026 esteja associado ao desempenho das distribuidoras de combustíveis. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pela elevação dos preços de comercialização e pelo aumento do volume de operações envolvendo outros derivados de petróleo, cujos recolhimentos de ICMS são de responsabilidade desses agentes econômicos, destacando-se o etanol hidratado, o querosene de aviação, o óleo combustível e os lubrificantes.

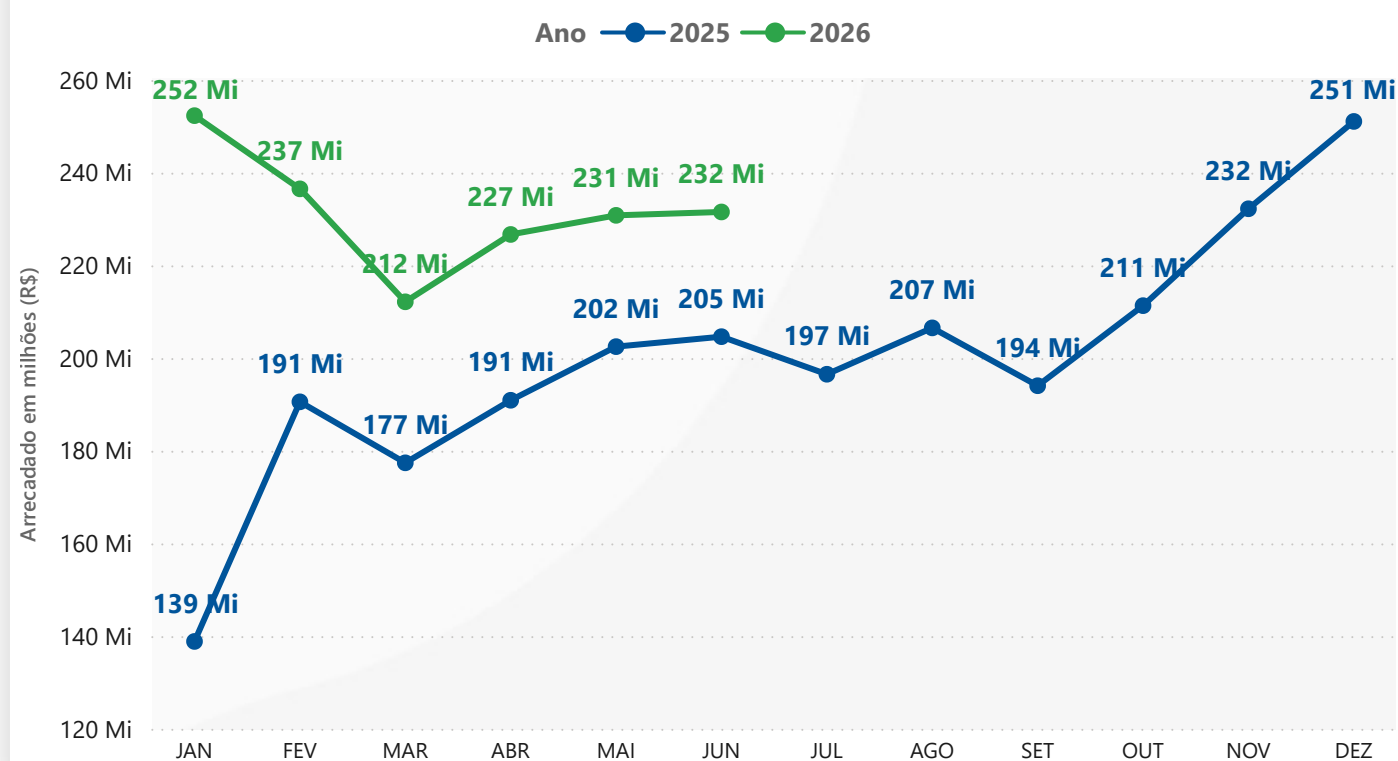
Análise do Setor

Energia Elétrica

ICMS Arrecadado pelo Setor: Junho

204.615.661,91**2025****231.525.627,35****2026****13,15%**

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Substituição Tributária (GEST)

Com a bandeira tarifária mantida no patamar **amarelo** nos dois períodos de referência (maio), com custo extra de **R\$ 1,885 por cada 100 kWh consumidos**, a receita total de ICMS referente às operações com energia elétrica no mês de junho de 2026 apresentou crescimento de **13,15%** em relação à arrecadação registrada no mesmo período do ano anterior. Esse desempenho decorre da predominância de fatores positivos sobre fatores negativos, conforme destacado a seguir:

Fatores positivos:

- Reajuste tarifário médio de **18,5%**, vigente a partir de **22/10/2025**, aplicado à maior distribuidora de energia do estado de Goiás.
- Elevação da percepção de risco por parte dos contribuintes, em decorrência da intensificação dos procedimentos de fiscalização implementados, tais como monitoramento, autorregularização e ações fiscais.
- Quitação de créditos tributários no âmbito do programa de anistia **"Negocie Já II"**, totalizando aproximadamente **R\$ 3 milhões** em junho de 2026 por contribuintes do setor.

Fator negativo:

- Crescente aumento do número de consumidores participantes do **SCEE – Sistema de Compensação de Energia Elétrica**, especialmente após a vigência da Medida Cautelar **ADI 5049774-14.2025.8.09.0000**.

Análise do Setor

Comunicação

ICMS Arrecadado pelo Setor: Junho

53.682.253,42

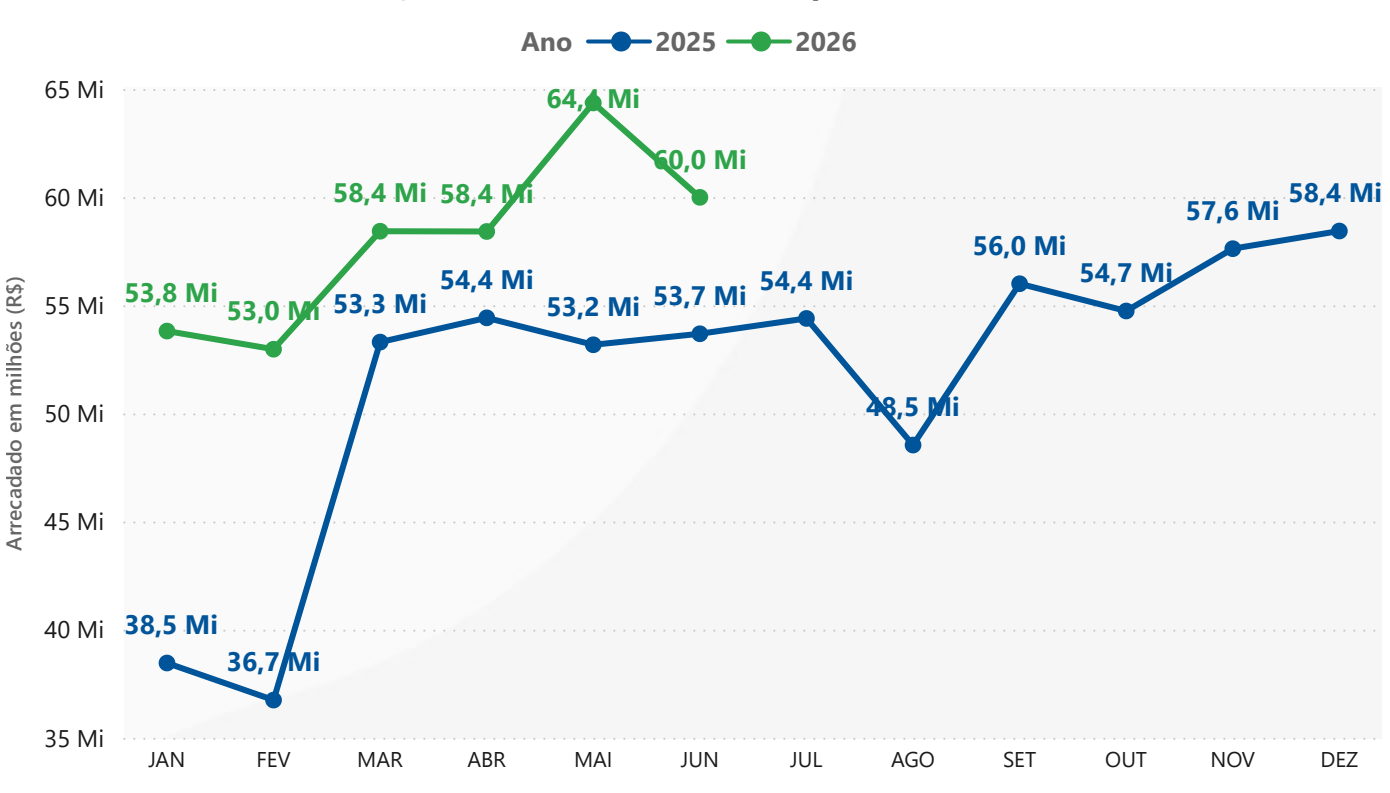
2025

59.990.093,07

2026

11,75%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Substituição Tributária (GEST)

A arrecadação de ICMS referente às prestações de serviços de comunicações apresentou crescimento de **11,75%** em relação à receita registrada no mesmo período do ano anterior. Esse desempenho decorre da influência de fatores positivos, conforme destacado a seguir:

Fatores positivos:

- Quitação de créditos tributários no âmbito do programa de anistia **“Negocie Já II”**, totalizando aproximadamente **R\$ 1,3 milhão** em junho de 2026 por contribuintes deste setor.
- Elevação da percepção de risco por parte dos contribuintes, em decorrência da intensificação dos procedimentos de fiscalização implementados, tais como monitoramento, autorregularização e ações fiscais.

Análise do Setor

Indústria

PUBLICADO EM: 17/08/2026

ICMS Arrecadado pelo Setor: Junho

478.140.132,37

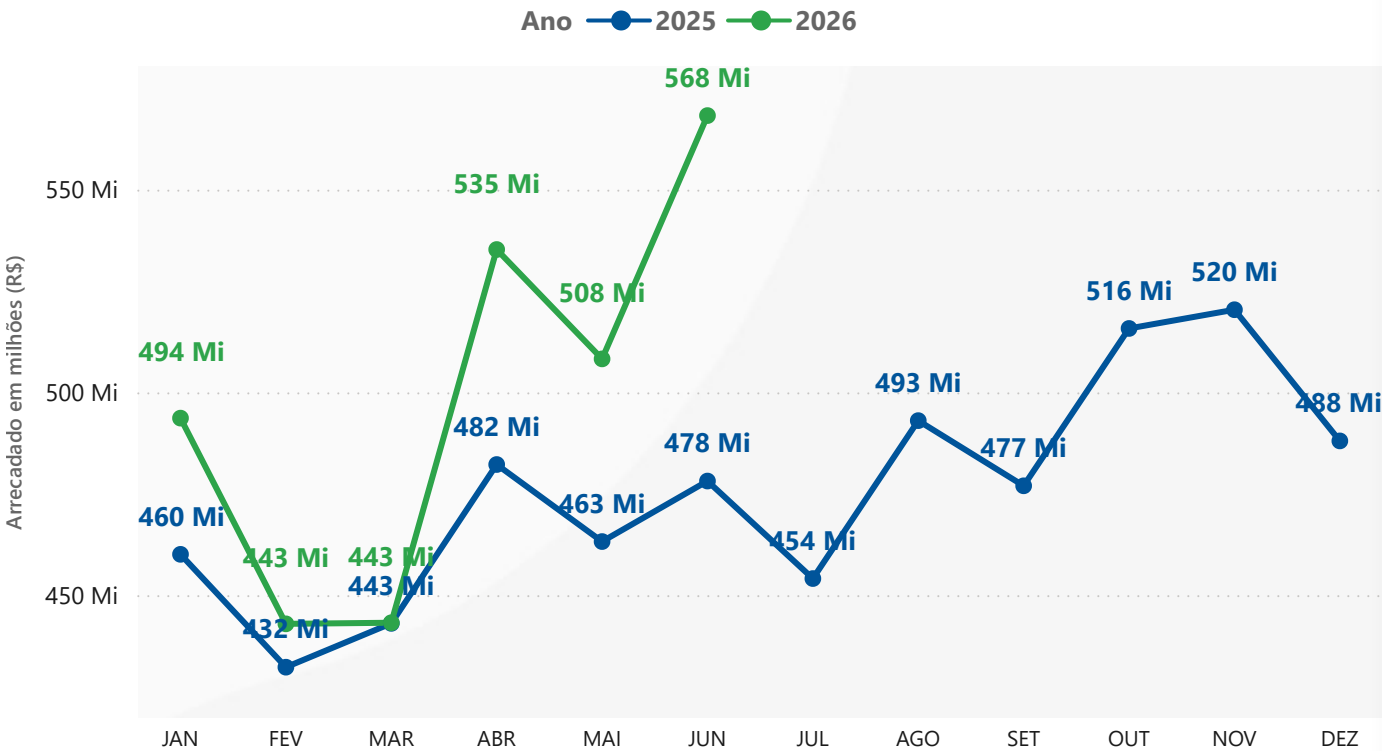
2025

568.266.217,40

2026

18,85%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Auditoria de Indústria e Atacado (GEAT)

A arrecadação de ICMS da atividade industrial alcançou **R\$ 568,27 milhões** em junho de 2026, registrando crescimento de **18,85%** em relação ao mesmo mês de 2025. O resultado evidencia a resiliência da indústria goiana, sustentada pelo desempenho favorável de segmentos relacionados ao consumo e à produção de bens duráveis.

O crescimento da arrecadação foi impulsionado, principalmente, pelos setores de **Bebidas (+34,90%)** e **Veículos e Peças (+33,40%)**, refletindo o fortalecimento da demanda e a expansão da atividade industrial nesses segmentos. Também contribuíram positivamente os setores de **Móveis, Eletroeletrônicos e Refrigeração (+17,80%)**, **Vestuário (+14,40%)** e **Produtos Químicos, Higiene e Limpeza (+4,20%)**. Em contrapartida, observaram-se retrações na arrecadação dos setores de **Lácteos (-15,20%)**, **Agronegócio (-12,80%)**, **Construção Civil e Máquinas (-5,70%)** e **Medicamentos (-5,60%)**.

O desempenho observado em junho foi sustentado, principalmente, pelos segmentos produtores de bens de consumo duráveis e semiduráveis, que mantiveram trajetória de expansão e compensaram o comportamento menos favorável das cadeias agroindustriais.

No cenário macroeconômico nacional, o ambiente permanece caracterizado por uma política monetária ainda restritiva, embora o Banco Central tenha iniciado um ciclo gradual de flexibilização, reduzindo a taxa Selic para **14,25% ao ano** em junho. Apesar desse movimento, o custo do crédito continua elevado, restringindo parte dos investimentos produtivos. Em contrapartida, a atividade econômica segue sustentada pela resiliência do mercado de trabalho e pela manutenção do consumo das famílias.

Para o segundo semestre, permanecem como fatores relevantes de monitoramento o elevado custo financeiro, apesar do início do ciclo de redução da taxa de juros; a persistência das pressões inflacionárias sobre energia elétrica e insumos produtivos; o desempenho das cadeias agroindustriais, especialmente dos segmentos de lácteos e agronegócio; e a intensificação da concorrência de produtos importados, particularmente nos segmentos da indústria de transformação, exigindo atenção contínua à competitividade do parque industrial goiano.

Em síntese, o resultado de junho reforça a trajetória favorável da indústria goiana, com crescimento disseminado entre os principais segmentos manufatureiros.

Análise do Setor

Comércio Atacadista e Distribuidor

ICMS Arrecadado pelo Setor: Junho

476.131.970,56

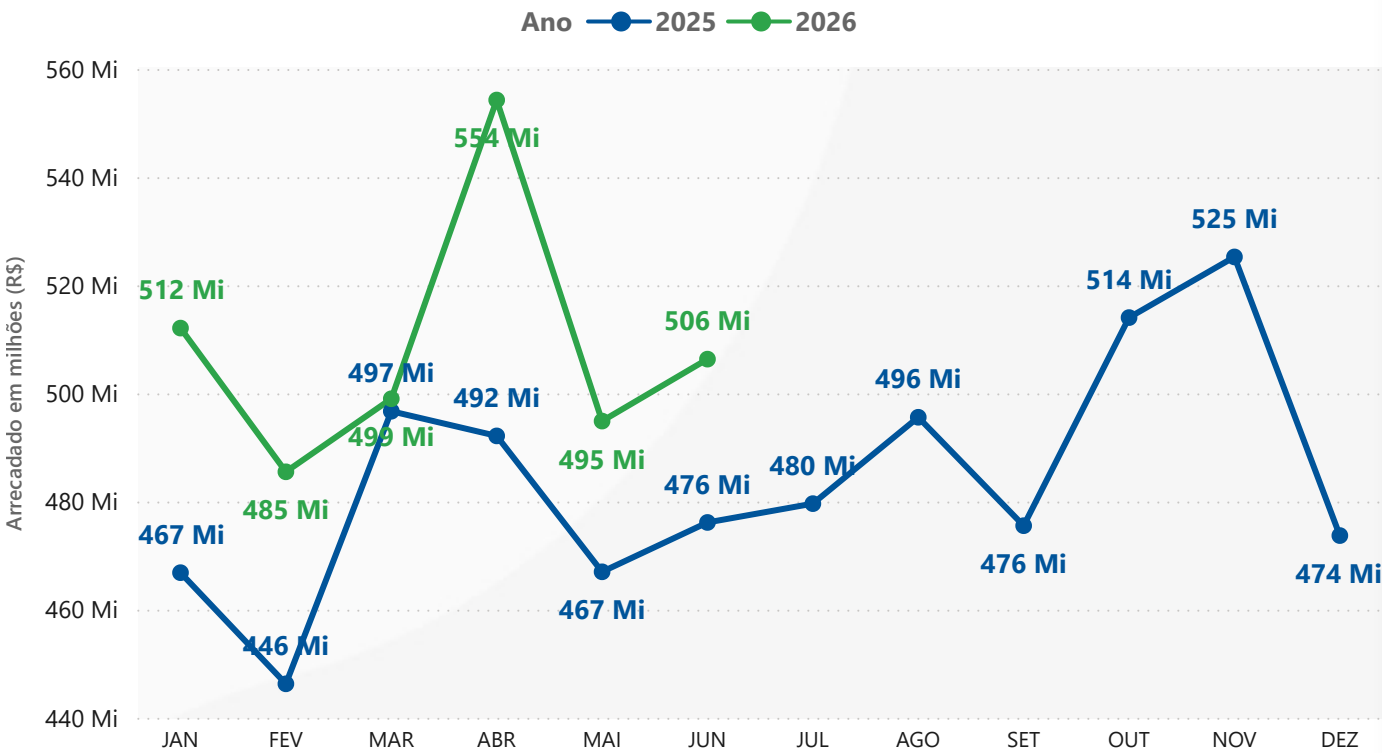
2025

506.337.270,43

2026

6,34%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Subsecretaria da Receita Estadual

Gerência de Auditoria de Indústria e Atacado (GEAT)

A arrecadação de ICMS do comércio atacadista e distribuidor totalizou **R\$ 506,34 milhões** em junho de 2026, registrando crescimento de **6,34%** em comparação com o mesmo período de 2025. O resultado evidencia a capacidade de adaptação do setor diante de um ambiente econômico ainda marcado por custos financeiros elevados, mantendo níveis satisfatórios de comercialização e abastecimento das cadeias produtivas e de consumo.

O desempenho da arrecadação apresentou comportamento heterogêneo, com destaque para os segmentos ligados à saúde e ao mercado automotivo. Entre os principais avanços, destacaram-se os setores de **Veículos e Peças (+18,10%)**, **Medicamentos e Produtos Hospitalares (+17,40%)**, **Móveis, Eletroeletrônicos e Refrigeração (+9,60%)** e **Alimentos (+8,40%)**. Em contrapartida, registraram retração os segmentos de **Bebidas (-27,20%)**, **Produtos Químicos, Higiene, Limpeza e Embalagens (-8,40%)**, **Fumo (-6,60%)** e **Construção Civil, Mineração e Máquinas (-2,40%)**.

O resultado observado em junho reflete a continuidade da demanda por bens essenciais, produtos relacionados à saúde e itens ligados à mobilidade, segmentos que permaneceram mais resilientes mesmo diante das condições financeiras ainda restritivas. Setores mais dependentes do crédito e da reposição de estoques de maior valor agregado apresentaram desempenho mais moderado.

No cenário macroeconômico nacional, a redução da taxa Selic para **14,25% ao ano**, em junho, sinaliza o início de um processo gradual de flexibilização monetária. Apesar desse movimento, o custo do crédito permanece elevado para empresas e consumidores, influenciando as decisões de compra, a formação de estoques e a gestão do capital de giro. O mercado de trabalho segue relativamente aquecido, contribuindo para sustentar o consumo de bens essenciais e de produtos de maior demanda recorrente.

Para o segundo semestre, permanecem como fatores relevantes de monitoramento a trajetória da política monetária e seus impactos sobre o custo do capital de giro, a evolução do consumo das famílias, especialmente nos segmentos de bens duráveis e semiduráveis, e a competitividade frente ao avanço das importações de bens de consumo.

Em síntese, o comércio atacadista e distribuidor goiano manteve trajetória de crescimento em junho, sustentado principalmente pelos segmentos de veículos, saúde e alimentos. Embora o ambiente econômico ainda imponha desafios, a solidez da demanda por bens essenciais e a gradual melhora das condições monetárias tendem a favorecer a atividade ao longo do segundo semestre de 2026.

Análise do Setor

Comércio Varejista

ICMS Arrecadado pelo Setor: Junho

432.210.826,45

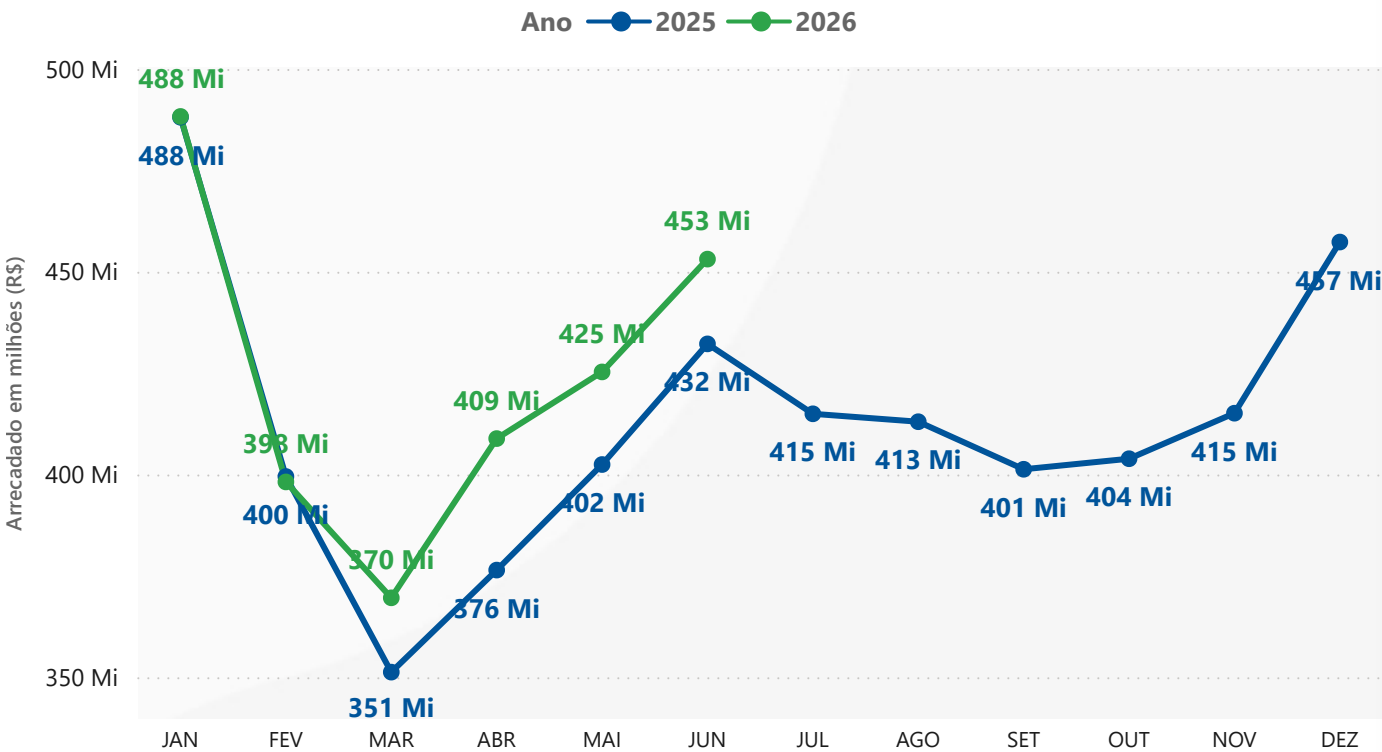
2025

453.116.603,81

2026

4,84%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Subsecretaria da Receita Estadual

Gerência de Auditoria de Varejos e Serviços (GEAV)

Apesar dos sinais divergentes observados nos indicadores de atividade do varejo nacional, o consumo das famílias apresentou desaceleração em maio de 2026. De acordo com o Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA), as vendas registraram retração de **3,6%** em relação ao mesmo período do ano anterior, representando a maior queda desde o período da pandemia. Em sentido oposto, o Índice de Varejo Stone (IVS) apontou crescimento de **2,8%**, em um ambiente de inflação acumulada de **4,72%**.

Nesse contexto, a arrecadação de ICMS do comércio varejista goiano, referente aos pagamentos realizados em junho de 2026, relativos ao período de apuração de maio de 2026, apresentou crescimento de **4,84%** em comparação com o mesmo período do ano anterior. O resultado pode ser considerado favorável, especialmente diante do cenário de desaceleração do consumo e das condições econômicas menos favoráveis observadas no período.

O ambiente econômico permanece influenciado por fatores como a persistência da inflação, as elevadas taxas de juros e o maior comprometimento da renda das famílias. Como consequência, observa-se a priorização da aquisição de bens essenciais em detrimento da compra de bens duráveis e semiduráveis. Esse comportamento reflete-se na evolução da arrecadação, com crescimento nos segmentos de alimentos, autopeças, medicamentos, produtos hospitalares, higiene e limpeza, e retração nos setores de vestuário, calçados e transporte.

Adicionalmente, a identificação de indícios de inadimplência e de apropriação indevida de créditos de substituição tributária, de combustíveis, pelo setor de transportes, e de créditos provenientes de empresas noturnas, vem sendo mitigada pelas ações fiscais de Monitoramento, Autorregularização e Auditoria. Essas iniciativas têm contribuído para elevar a percepção de risco por parte dos contribuintes e favorecer o desempenho da arrecadação do setor varejista.

Por fim, cumpre destacar que o programa “Negocie Já II” continua apresentando desempenho inferior ao inicialmente projetado em termos de recuperação de receitas.

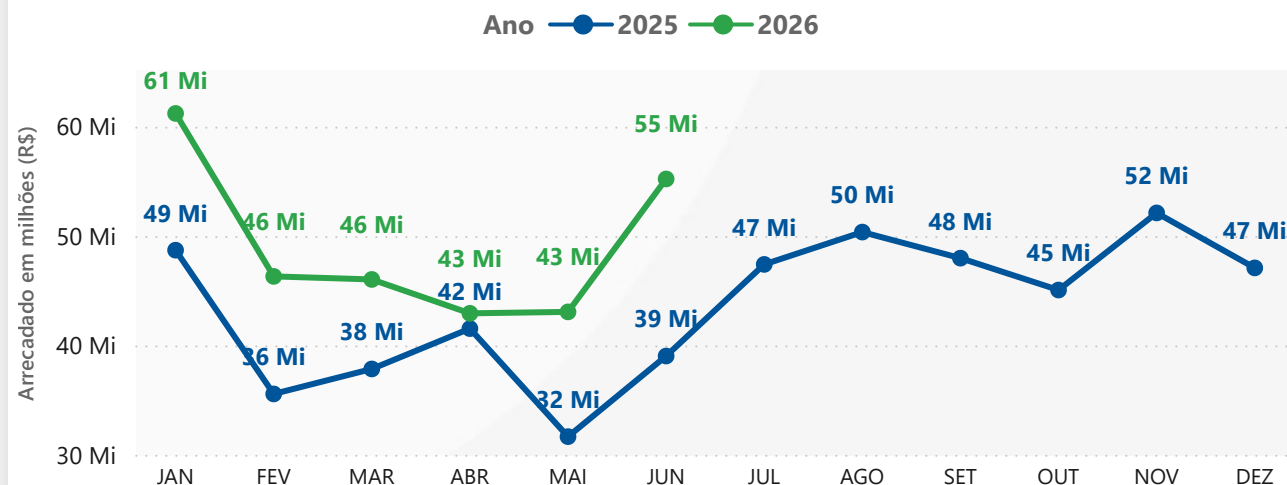
Arrecadação do ICMS

Operações de Importações

Subsecretaria da Receita Estadual

Gerência de Auditoria das Operações de Comércio Exterior e SUFRAMA (GCES)

Arrecadação ICMS Importação (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Em junho de 2026, a arrecadação de ICMS vinculada às operações de importação totalizou **R\$ 55 milhões**, superando em **R\$ 16 milhões** o valor registrado em junho de 2025, o que representa crescimento de **41%** na comparação anual. Em relação a maio de 2026, quando foram arrecadados **R\$ 43 milhões**, observou-se incremento de **R\$ 12 milhões**, equivalente a avanço de **27,9%**.

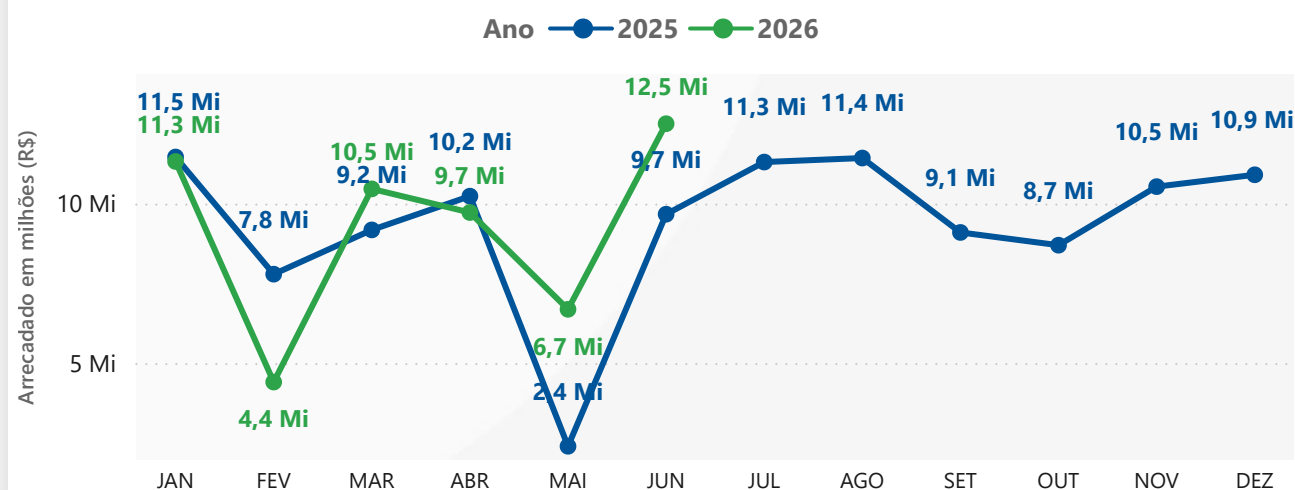
No acumulado de janeiro a junho, a arrecadação de ICMS incidente sobre as importações totalizou **R\$ 293 milhões** em 2026, frente a **R\$ 225 milhões** no mesmo período de 2025. A diferença positiva de **R\$ 68 milhões** representa crescimento de aproximadamente **30,2%**, indicando que, apesar das oscilações mensais nas operações de comércio exterior, a receita das importações manteve desempenho superior ao observado no exercício anterior. Esse comportamento deve ser analisado com a composição da pauta importadora goiana. As importações do Estado concentram-se em medicamentos, produtos farmacêuticos, partes e acessórios de veículos, motores, máquinas agrícolas, fertilizantes e outros insumos produtivos. Parcela relevante dessas operações está sujeita a tratamentos tributários específicos, como diferimentos, reduções de base de cálculo, termos de acordo e outros benefícios fiscais. A variação do valor importado não se reflete, necessariamente, de maneira proporcional na arrecadação do ICMS.

No caso das remessas internacionais realizadas pelos Correios e por empresas de courier, a arrecadação também apresentou crescimento em junho. O valor arrecadado nessa modalidade alcançou **R\$ 12,5 milhões**, frente a **R\$ 9,7 milhões** registrados em junho de 2025, correspondendo a acréscimo de **R\$ 2,8 milhões**, ou aproximadamente **28,9%**. Em relação a maio de 2026, quando foram arrecadados **R\$ 6,7 milhões**, o crescimento foi ainda mais expressivo, alcançando **R\$ 5,8 milhões**, equivalente a aproximadamente **86,6%**.

Em relação às remessas internacionais, nos boletins anteriores, havia sido destacado que a retirada do Imposto de Importação da base de cálculo do ICMS incidente sobre remessas internacionais de até **US\$ 50**, no âmbito do Programa Remessa Conforme, poderia ocasionar redução aproximada de **15%** na arrecadação dessa modalidade, com efeitos mais perceptíveis a partir de junho, em razão dos prazos de recolhimento previstos no Convênio ICMS nº 60/2018. Entretanto, os resultados observados em junho indicam que, ao menos neste primeiro momento, eventual redução da base de cálculo foi compensada por outros fatores, como o aumento do volume de remessas, alterações no tíquete médio, defasagem temporal do recolhimento ou mudanças no perfil das operações tributadas.

Goiás registrou, em junho de 2026, exportações no montante de **US\$ 1,42 bilhão** - segundo maior resultado da série histórica para junho. O desempenho representa crescimento em relação a junho de 2025, quando as vendas externas somaram **US\$ 1,14 bilhão**, resultando em acréscimo aproximado de **US\$ 277,5 milhões**, equivalente a alta de **24,3%**. O resultado de junho foi sustentado, principalmente, pelo avanço das exportações vinculadas à agroindústria e à mineração. A soja permaneceu como principal produto exportado, com **US\$ 647,4 milhões** em embarques, seguida pela carne bovina, com **US\$ 202,2 milhões**, e pelos sulfetos de cobre, com **US\$ 80,7 milhões**. Esse desempenho confirma a relevância das commodities agropecuárias e minerais na composição da pauta exportadora goiana e reforça o perfil superavitário do comércio exterior estadual.

Arrecadação ICMS Importação via Correios/Couriers (em R\$)

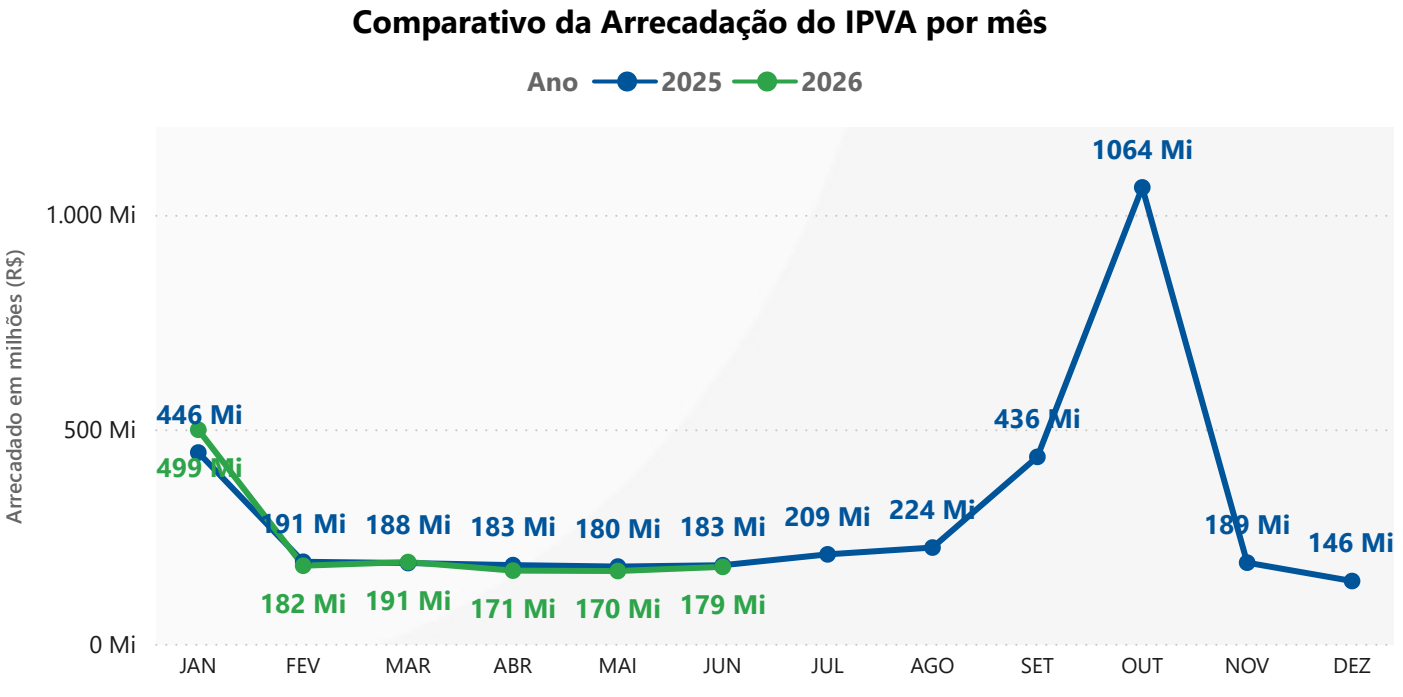


Arrecadação bruta do IPVA

Comparativo entre exercícios

PUBLICADO EM: 17/08/2026

Subsecretaria da Receita Estadual Gerência do IPVA (GIPVA)



Arrecadação do IPVA por mês			
Mês	Arrecadação IPVA (2025)	Arrecadação IPVA (2026)	Variação Percentual
JAN	445.855.448,09	498.942.282,52	▲ 11,91%
FEV	191.205.363,41	182.059.186,09	▼ -4,78%
MAR	188.295.490,76	190.589.823,21	▲ 1,22%
ABR	183.409.538,07	170.615.327,97	▼ -6,98%
MAI	180.049.274,20	169.697.907,32	▼ -5,75%
JUN	183.181.142,81	179.373.654,91	▼ -2,08%
Total	1.371.996.257,34	1.391.278.182,02	▲ 1,41%

A arrecadação de IPVA em junho de 2026 totalizou **R\$ 179,37 milhões**, valor **2,08%** inferior ao arrecadado no mesmo mês de 2025, quando foram registrados **R\$ 183,18 milhões**, representando uma redução de aproximadamente **R\$ 3,81 milhões**. Em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA), a arrecadação do mês permaneceu **10,47%** abaixo do valor projetado. No acumulado do exercício, entretanto, a diferença em relação à previsão reduziu-se para **2,33%**, evidenciando recuperação gradual do desempenho da arrecadação ao longo do ano.

Três fatores continuam influenciando o desempenho da arrecadação do IPVA. O primeiro refere-se à renúncia fiscal destinada às motocicletas de até **150 cc** e com mais de **6 anos** de fabricação, estimada em aproximadamente **R\$ 77 milhões**, que reduz diretamente o potencial arrecadatório do tributo.

O segundo fator está relacionado ao programa **“Negocie Já II”**, que promove renúncia de receita decorrente dos benefícios concedidos. Em contrapartida, as ações de fiscalização e cobrança tendem a ampliar a regularização dos débitos tributários, contribuindo para o incremento da arrecadação do principal.

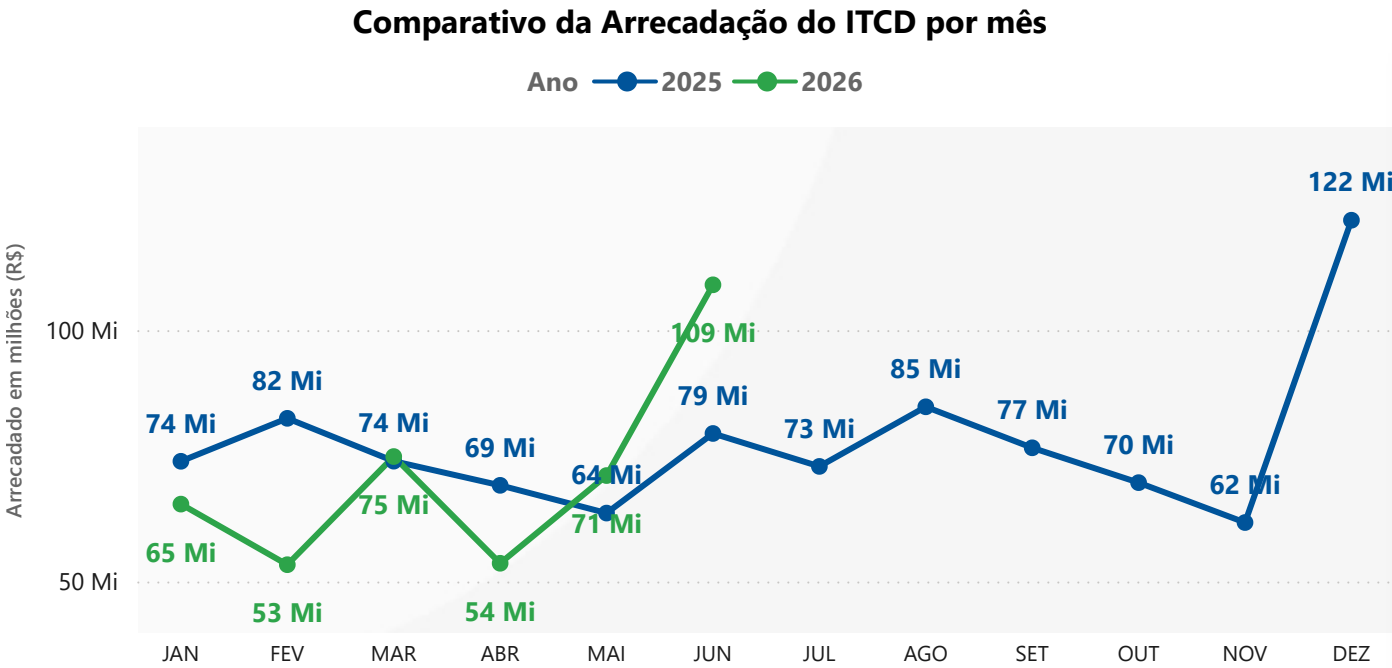
Por fim, permanece como fator de acompanhamento a ausência de obrigatoriedade do parcelamento do IPVA. Embora ainda não seja possível mensurar integralmente seus efeitos sobre a arrecadação, espera-se que o comportamento dos pagamentos parcelados possa ser melhor avaliado à medida que as informações dos próximos meses forem consolidadas.

Arrecadação bruta do ITCD

Comparativo entre exercícios

PUBLICADO EM: 17/08/2026

Subsecretaria da Receita Estadual Gerência do ITCD (GITCD)



Arrecadação do ITCD por mês			
Mês	Arrecadação ITCD (2025)	Arrecadação ITCD (2026)	Variação Percentual
JAN	73.914.054,33	65.396.198,89	-11,52%
FEV	82.457.361,76	53.347.334,65	-35,30%
MAR	73.938.199,35	74.857.625,45	1,24%
ABR	69.131.153,52	53.631.852,14	-22,42%
MAI	63.613.175,67	71.076.014,50	11,73%
JUN	79.446.010,13	109.012.286,62	37,22%
Total	442.499.954,76	427.321.312,25	-3,43%

A arrecadação do **ITCD** não apresenta uma trajetória regular, sendo comuns oscilações relevantes em comparação com o mesmo período do exercício anterior. De forma geral, a arrecadação registrada no mês de junho reflete, principalmente, as declarações concluídas em maio, considerando que o DARE possui vencimento em até 30 dias, além das declarações recebidas e quitadas no próprio mês.

Sob a perspectiva quantitativa, foram concluídas **2.793 declarações** em junho, frente a **2.765** em maio, evidenciando relativa estabilidade no volume processado. Corroborando esse comportamento, o ano de 2026 registra média mensal de **2.785 declarações concluídas**.

Sob a perspectiva qualitativa, em contraste com essa estabilidade no volume de declarações, observa-se uma trajetória de crescimento da arrecadação. Em maio, a arrecadação superou a de abril em mais de **30%**; já em junho, o crescimento em relação a maio foi superior a **50%**, elevando o ticket médio de aproximadamente **R\$ 25 mil** para **R\$ 39 mil**.

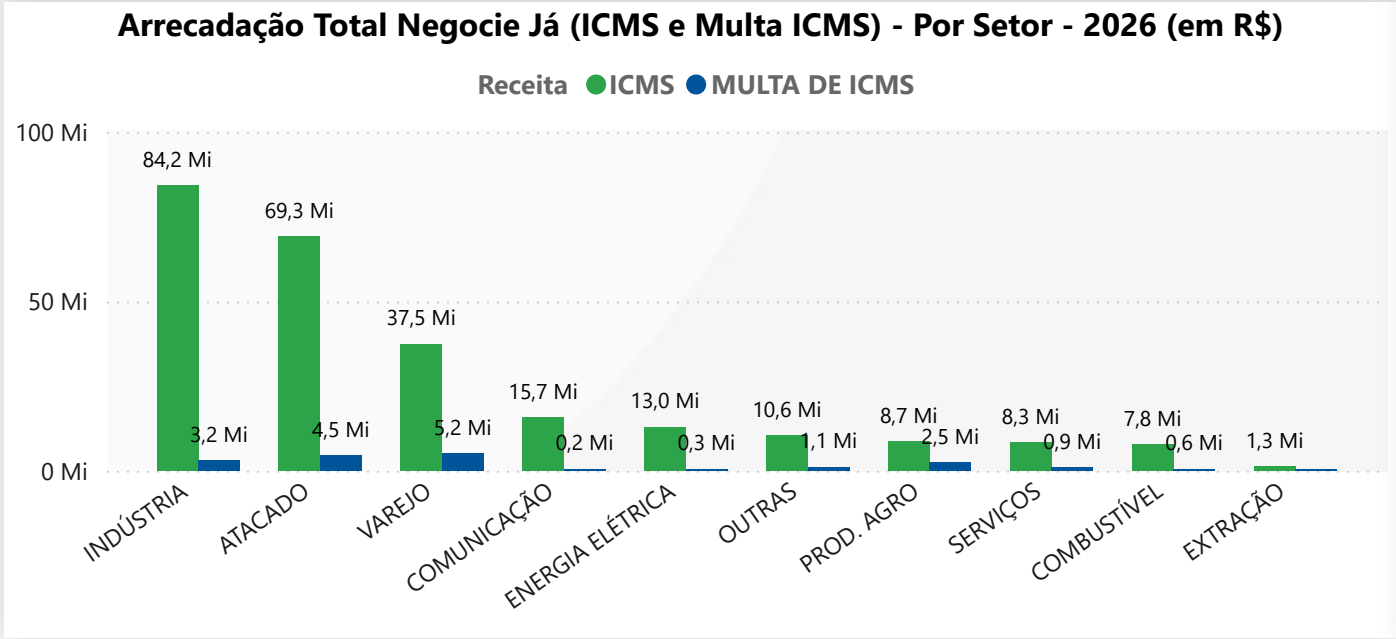
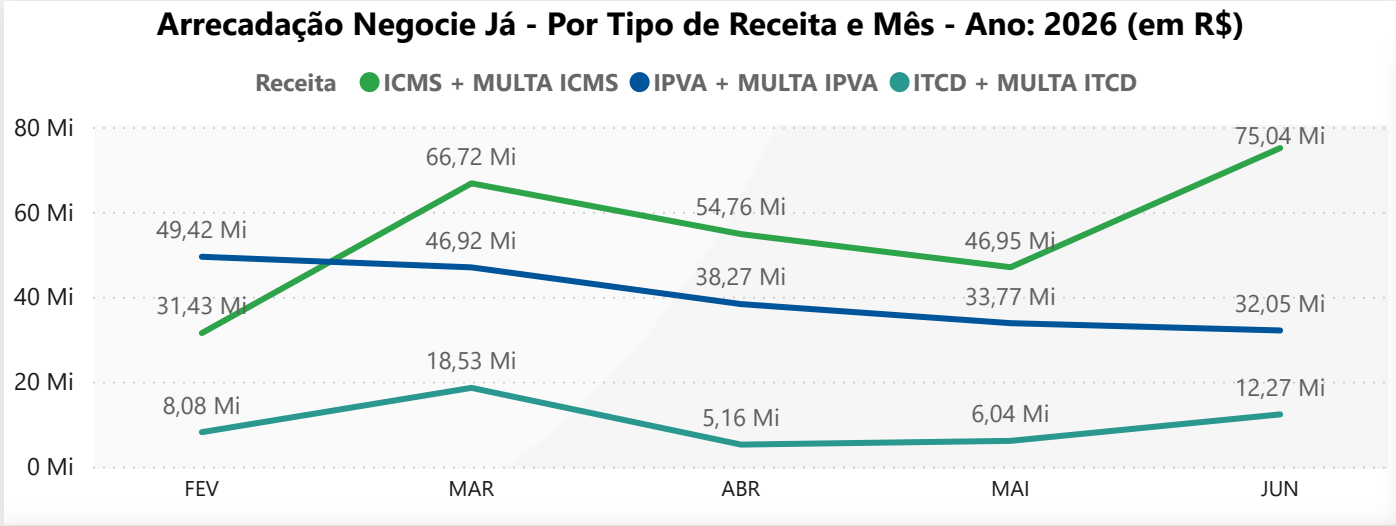
Esse incremento decorreu de uma combinação de fatores, dentre os quais se destaca o recebimento de declarações envolvendo montantes expressivos, que impactaram positivamente o resultado da arrecadação.

Adicionalmente, a implantação do **Sistema ITCD 4.0**, ocorrida no final de abril, também contribuiu de forma significativa para esse desempenho. O sistema gera mensagens e comunicados automáticos informando ao contribuinte a necessidade de retificação dos valores declarados.

Desde a implantação do módulo, aproximadamente **3.000 declarações** foram incluídas em malha. No mês de julho terá início o envio dos comunicados aos contribuintes. Espera-se que parcela significativa dessas declarações seja regularizada após o recebimento das notificações. Caso a retificação não seja realizada, os respectivos processos serão encaminhados para **Ação Fiscal**.

Recuperação de créditos

Programa Negocie Já II



Subsecretaria da Receita Estadual

Superintendência de Recuperação de Crédito (SRC)

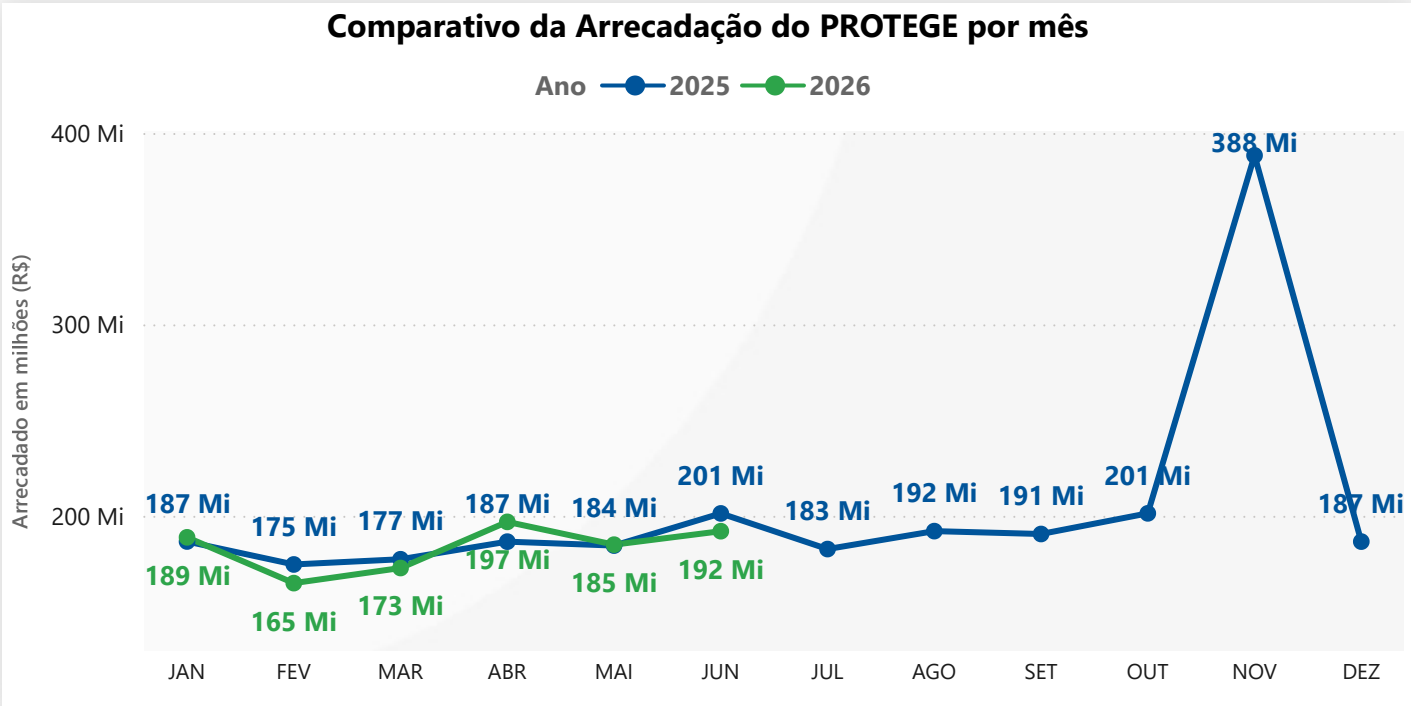
No período acumulado até junho de 2026, o Estado registrou a adesão de **115.072 contribuintes**, alcançando um volume global de renegociação da ordem de **R\$ 1,85 bilhão**. O fluxo de acordos resultou na liquidação à vista de **123.291 autos de infração**, somada ao parcelamento de outras **65 mil autuações**. Do montante total transacionado, **R\$ 401,59 milhões** converteram-se em arrecadação imediata aos cofres públicos, ao passo que o saldo de **R\$ 1,45 bilhão** foi estruturado na forma de pagamentos diferidos, compondo a carteira de recebíveis do Estado.

No detalhamento das quantias efetivamente arrecadadas, o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) respondeu por **R\$ 196,55 milhões**. Em seguida, os recolhimentos vinculados ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) totalizaram **R\$ 162,47 milhões**. Na composição restante da arrecadação à vista, o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) gerou **R\$ 36,66 milhões**, ao passo que as liquidações de Penas Pecuniárias totalizaram **R\$ 5,90 milhões**.

Quanto à composição da carteira de parcelamentos, os débitos de **ICMS** negociados totalizam **R\$ 1,36 bilhão**. Os acordos referentes ao **IPVA** representam **R\$ 44,26 milhões**, os de **ITCD** atingiram **R\$ 35,59 milhões**, enquanto as renegociações de **Penas Pecuniárias** somaram **R\$ 7,02 milhões**.

Arrecadação do PROTEGE

Comparativo entre exercícios



Arrecadação do PROTEGE por mês do ano				
Mês	Arrecadação PROTEGE (2025)	Arrecadação PROTEGE (2026)	Variação Percentual	
JAN	186.588.077,81	188.759.007,18	▲	1,16%
FEV	174.589.336,83	164.843.893,75	▼	-5,58%
MAR	177.312.252,17	172.736.299,46	▼	-2,58%
ABR	186.508.884,80	196.839.741,43	▲	5,54%
MAI	184.460.323,75	184.930.460,11	▲	0,25%
JUN	201.253.554,08	191.968.193,80	▼	-4,61%
Total	1.110.712.429,44	1.100.077.595,73	-0,96%	

Subsecretaria da Receita Estadual (SRE)

A arrecadação do PROTEGE no mês de junho de 2026 totalizou **R\$ 192,0 milhões**, resultado **4,61%** inferior ao registrado no mesmo mês do exercício anterior, quando foram arrecadados **R\$ 201,3 milhões**, representando redução de aproximadamente **R\$ 9,3 milhões**.

Historicamente, a arrecadação mensal do PROTEGE não apresenta oscilações significativas, com desvios em relação à média geralmente inferiores a **10%**, exceto em situações atípicas.

No acumulado do período de janeiro a junho de 2026, a arrecadação alcançou **R\$ 1,10 bilhão**, frente aos **R\$ 1,11 bilhão** registrados no mesmo período de 2025, resultando em retração de **0,96%**.

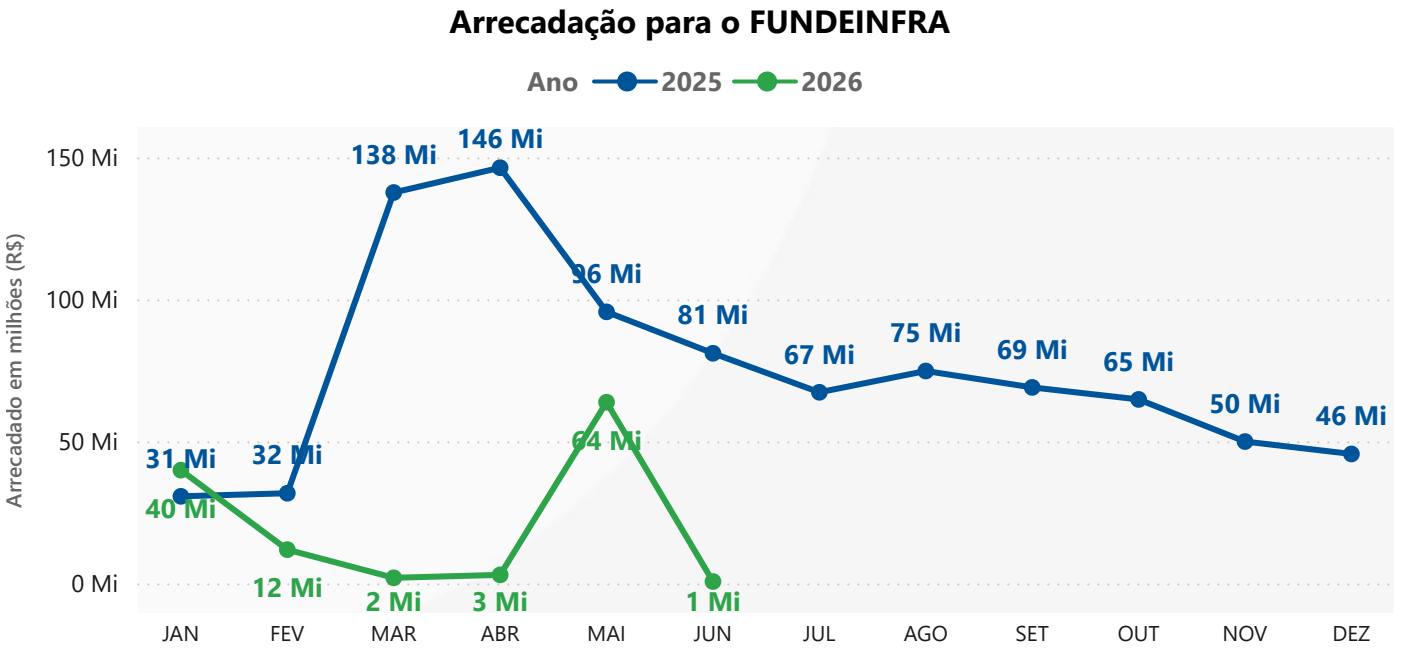
Esse desempenho permanece associado, principalmente, ao menor dinamismo das indústrias beneficiárias dos programas **Fomentar** e **Produzir**, responsáveis pelo recolhimento vinculado ao código de receita **4888**. Como o PROTEGE constitui uma contrapartida calculada como percentual sobre o ICMS financiado por essas empresas, reduções no volume de operações e no montante financiado impactam diretamente a arrecadação do fundo.

Adicionalmente, observa-se que as indústrias enquadradas no **PROGOIÁS** também vêm apresentando menor volume de recolhimento no código de receita **4990**, reforçando a percepção de crescimento moderado da atividade industrial e contribuindo para a estabilidade da arrecadação do PROTEGE ao longo de 2026.

Arrecadação do FUNDEINFRA

Comparativo entre exercícios

PUBLICADO EM: 17/08/2026



Arrecadação do FUNDEINFRA por Mês				
Mês	Arrecadação Fundeinfra (2025)	Arrecadação Fundeinfra (2026)	Variação Percentual	
JAN	30.664.736,38	39.883.088,66	▲	30,06%
FEV	31.749.174,83	11.892.770,23	▼	-62,54%
MAR	137.635.617,04	1.975.210,12	▼	-98,56%
ABR	146.364.912,35	3.009.574,32	▼	-97,94%
MAI	95.618.381,13	63.793.810,16	▼	-33,28%
JUN	81.032.292,36	673.606,15	▼	-99,17%
Total	523.065.114,09	121.228.059,64		-76,82%

Subsecretaria da Receita Estadual (SRE)

Com a publicação da Lei nº 24.133, de 13 de março de 2026, foi encerrada a contribuição destinada ao FUNDEINFRA.

Em decorrência da alteração legislativa, os fatos geradores relativos ao fundo produziram efeitos apenas até 31/12/2025.

Dessa forma, não se projeta arrecadação relevante para o FUNDEINFRA nos próximos meses, sendo esperada, adicionalmente, a restituição de parcela significativa dos valores arrecadados em fevereiro de 2026.

Nesse contexto, de forma geral, a arrecadação do FUNDEINFRA representa apenas receita residual, decorrente, principalmente, de recolhimentos em atraso ou vinculados a fatos geradores ocorridos em 2025.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1	Execução Orçamentária (Incluindo Poderes)	26
3.2	Execução Orçamentária (Apenas Executivo)	28
3.3	Despesa Liquidada	30
3.4	Mínimos Constitucionais	31

Nesta seção apresenta-se a execução orçamentária do Estado, destacando as principais informações referentes à dotação, empenho, liquidação e pagamento da despesa pública. Além disso, detalha-se a execução orçamentária das despesas vinculadas em saúde e educação. Por fim, são apresentados o resultado orçamentário e o resultado primário.



Execução Orçamentária

Comparativo anual - **Incluindo Poderes**

56,88 Bi

Realizado até junho
Dotação Autorizada

34,49 Bi

Realizado até junho
Valor Empenhado

24,41 Bi

Realizado até junho
Valor liquidado

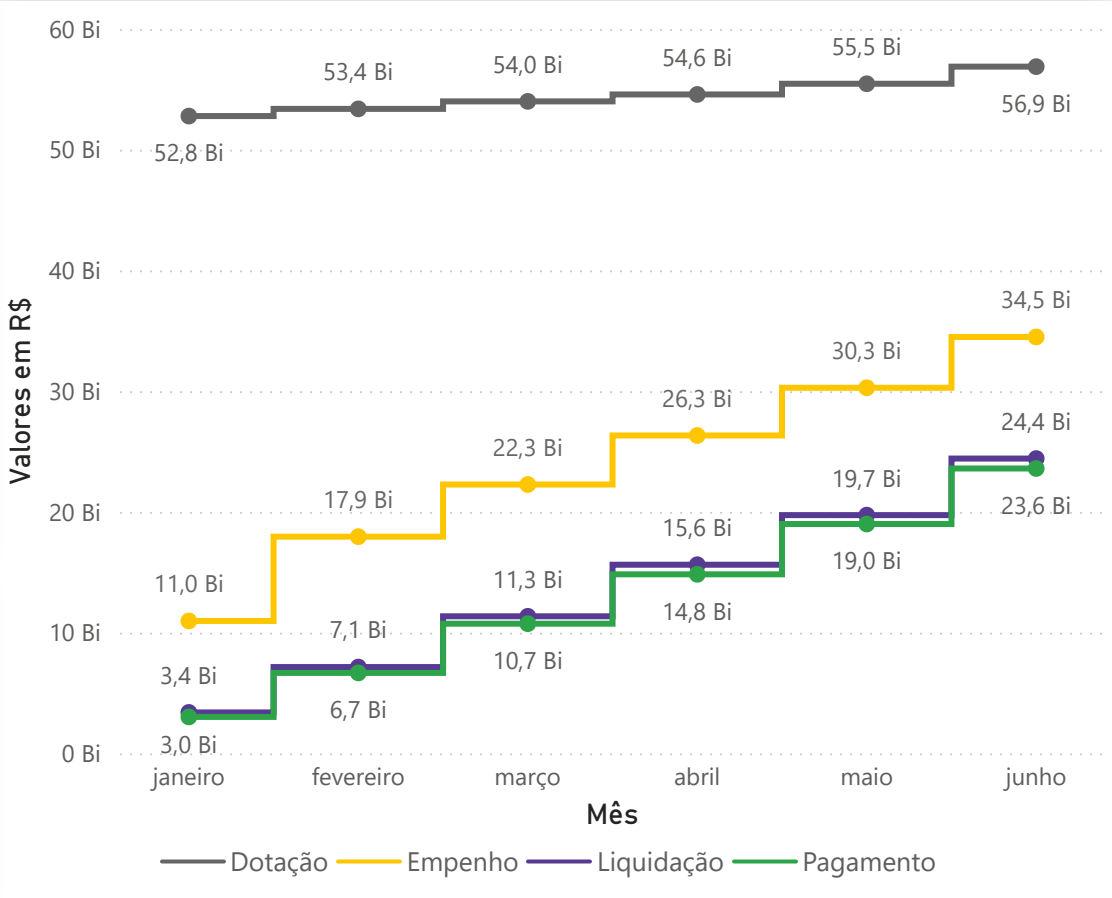
23,59 Bi

Realizado até junho
Valor Pago

Grupo de despesa	Dotação	Empenho	Liquidação	Pagamento	Emp/Dot.	Liq/Emp.	Pag/Liq.
1	29.438 Mi	14.699 Mi	14.153 Mi	13.811 Mi	49,93%	96,29%	97,58%
2	408 Mi	339 Mi	203 Mi	203 Mi	83,12%	59,80%	100,00%
3	18.048 Mi	14.470 Mi	8.125 Mi	7.749 Mi	80,18%	56,15%	95,38%
4	6.690 Mi	3.882 Mi	1.218 Mi	1.114 Mi	58,02%	31,38%	91,43%
5	255 Mi	224 Mi	210 Mi	210 Mi	87,77%	93,62%	100,00%
6	1.012 Mi	875 Mi	505 Mi	505 Mi	86,39%	57,79%	100,00%
9	1.031 Mi	0 Mi	0 Mi	0 Mi	0,00%		
Total	56.883 Mi	34.488 Mi	24.414 Mi	23.592 Mi	60,63%	70,79%	96,63%

Esse painel apresenta a execução orçamentária do Estado incluindo outros Poderes. Em junho de 2026, foram empenhados **R\$ 34,49 bilhões**.

Em relação à liquidação, o valor realizado soma **R\$ 24,41 bilhões**, correspondendo a **70,79%** do total empenhado. Já os pagamentos efetuados até junho de 2026 totalizam **R\$ 23,59 bilhões**, o que representa **96,63%** do valor liquidado.



Execução Orçamentária

Comparativo anual - Apenas Executivo

48,89 Bi

Realizado até junho
Dotação Autorizada

29,66 Bi

Realizado até junho
Valor Empenhado

20,91 Bi

Realizado até junho
Valor liquidado

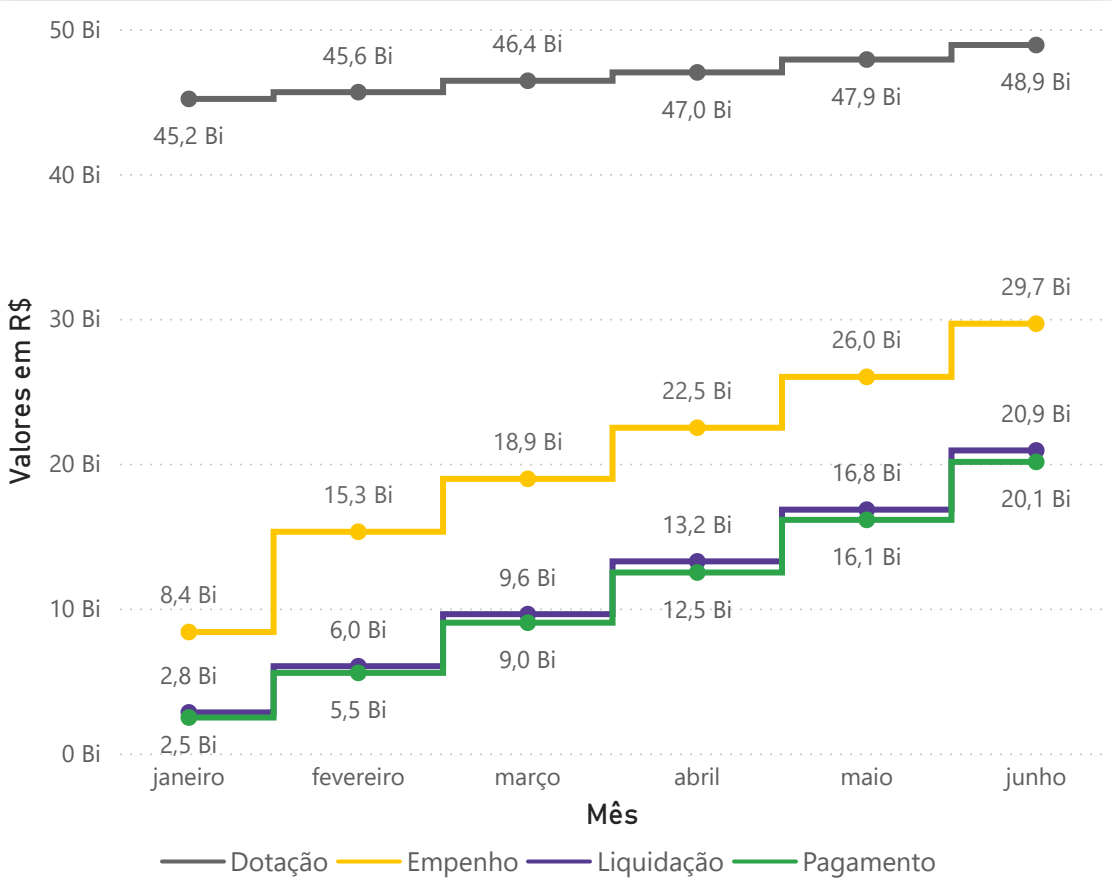
20,12 Bi

Realizado até junho
Valor Pago

Grupo de despesa	Dotação	Empenho	Liquidação	Pagamento	Emp/Dot.	Liq/Emp.	Pag/Liq.
1	24.327 Mi	11.828 Mi	11.642 Mi	11.317 Mi	48,62%	98,43%	97,20%
2	408 Mi	339 Mi	203 Mi	203 Mi	83,12%	59,80%	100,00%
3	15.794 Mi	12.695 Mi	7.166 Mi	6.805 Mi	80,38%	56,45%	94,97%
4	6.082 Mi	3.697 Mi	1.179 Mi	1.076 Mi	60,79%	31,90%	91,19%
5	240 Mi	224 Mi	210 Mi	210 Mi	93,27%	93,62%	100,00%
6	1.012 Mi	875 Mi	505 Mi	505 Mi	86,39%	57,79%	100,00%
9	1.031 Mi	0 Mi	0 Mi	0 Mi	0,00%		
Total	48.894 Mi	29.657 Mi	20.905 Mi	20.115 Mi	60,66%	70,49%	96,22%

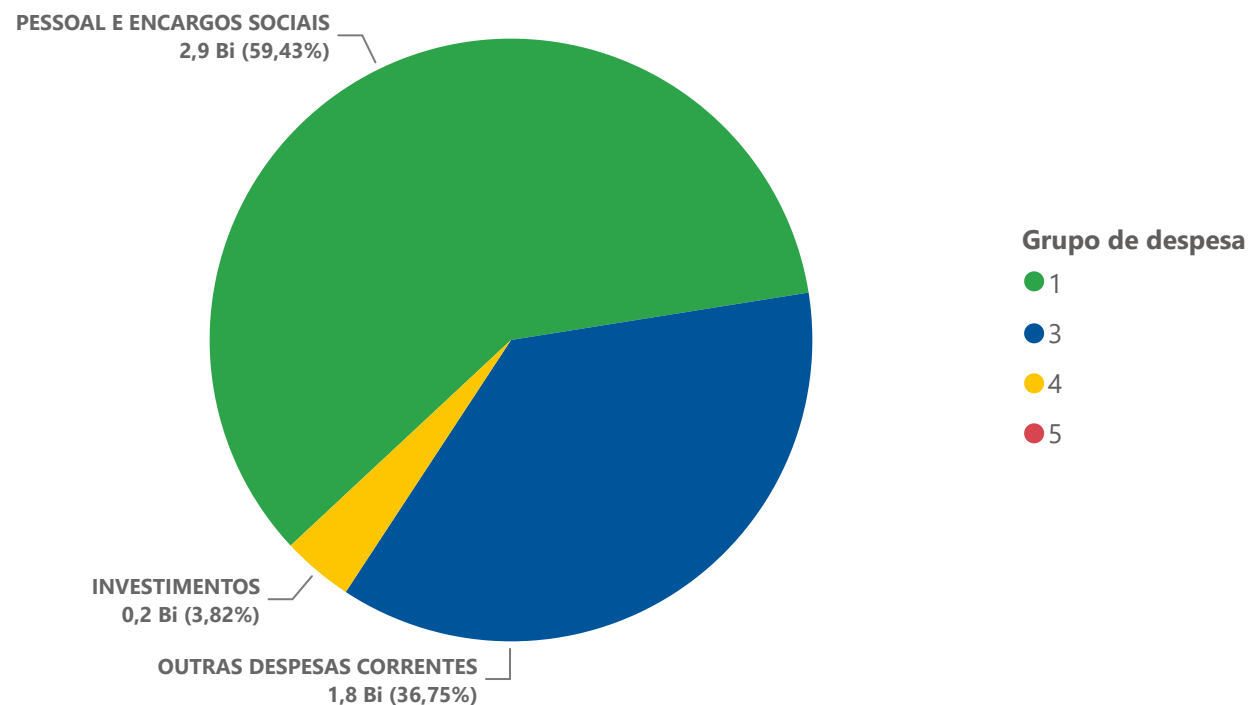
No que se refere ao Poder Executivo, verifica-se que até **junho** de 2026, foram empenhados **R\$ 29,66 bilhões**.

Em relação à liquidação, o valor realizado soma **R\$ 20,91 bilhões**, correspondendo a **70,49%** do total empenhado. Já os pagamentos efetuados totalizam **R\$ 20,12 bilhões**, o que representa **96,22%** do valor liquidado.

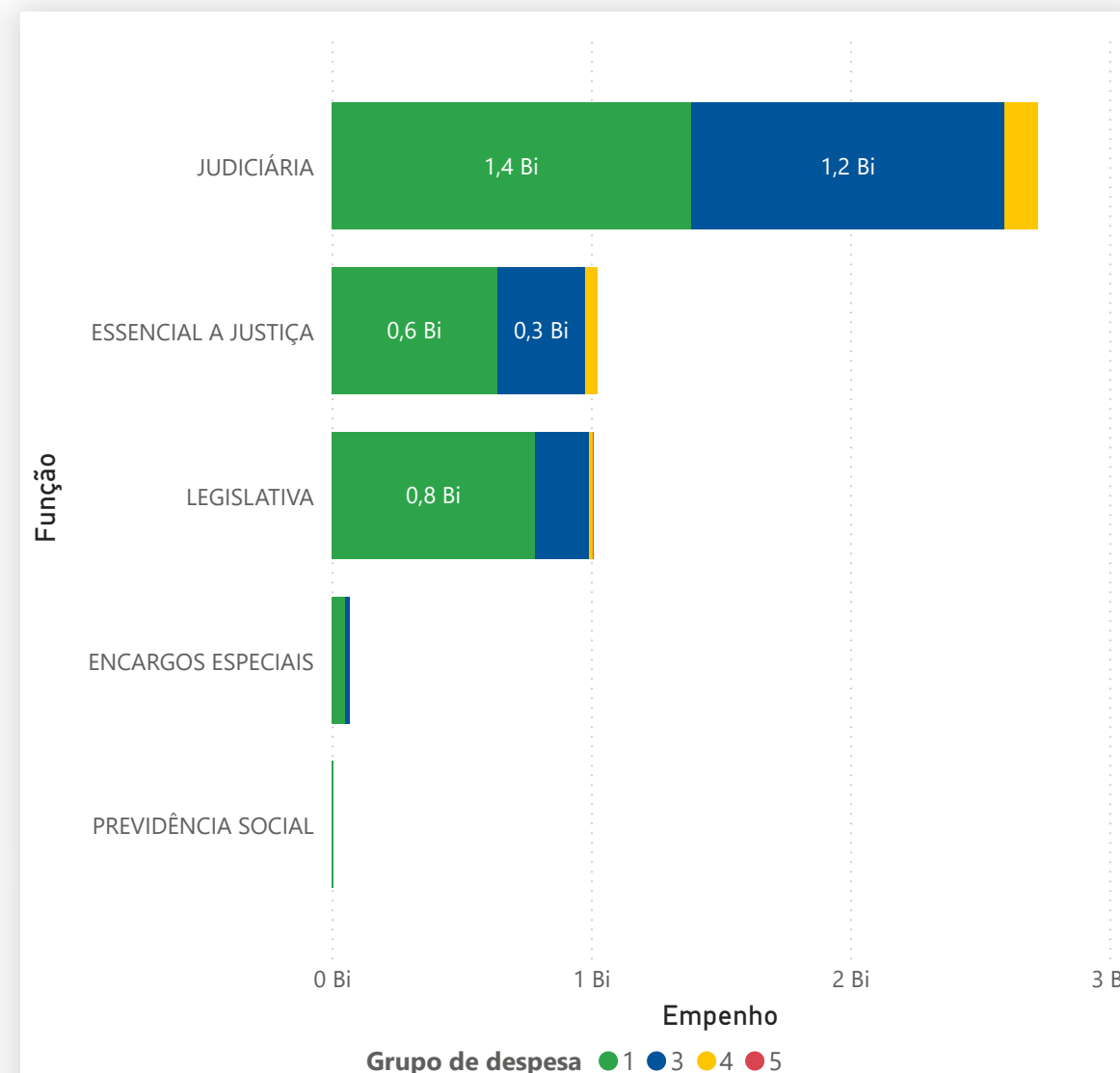


Despesa empenhada

Comparativo por grupo de despesa e função - **Outros Poderes**

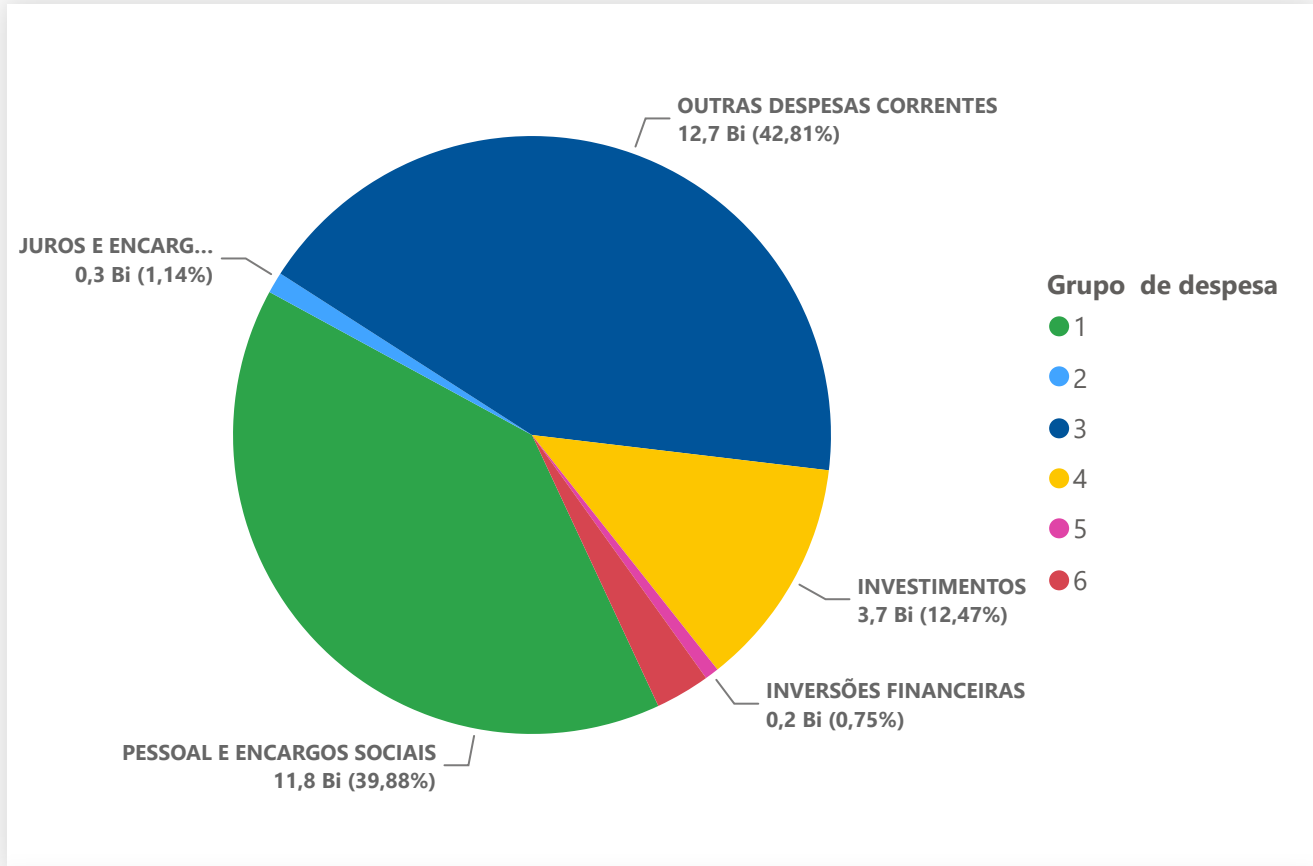


No Gráfico acima tem-se a execução orçamentária dos diferentes grupos de despesa e funções relacionadas aos Outros Poderes. O principal grupo de despesa é o de Pessoal e Encargos Sociais, representando **59,43%**. Em seguida, tem-se as Outras Despesas Correntes, correspondendo a **36,75%**. Por fim, os Investimentos representam **3,82%**.

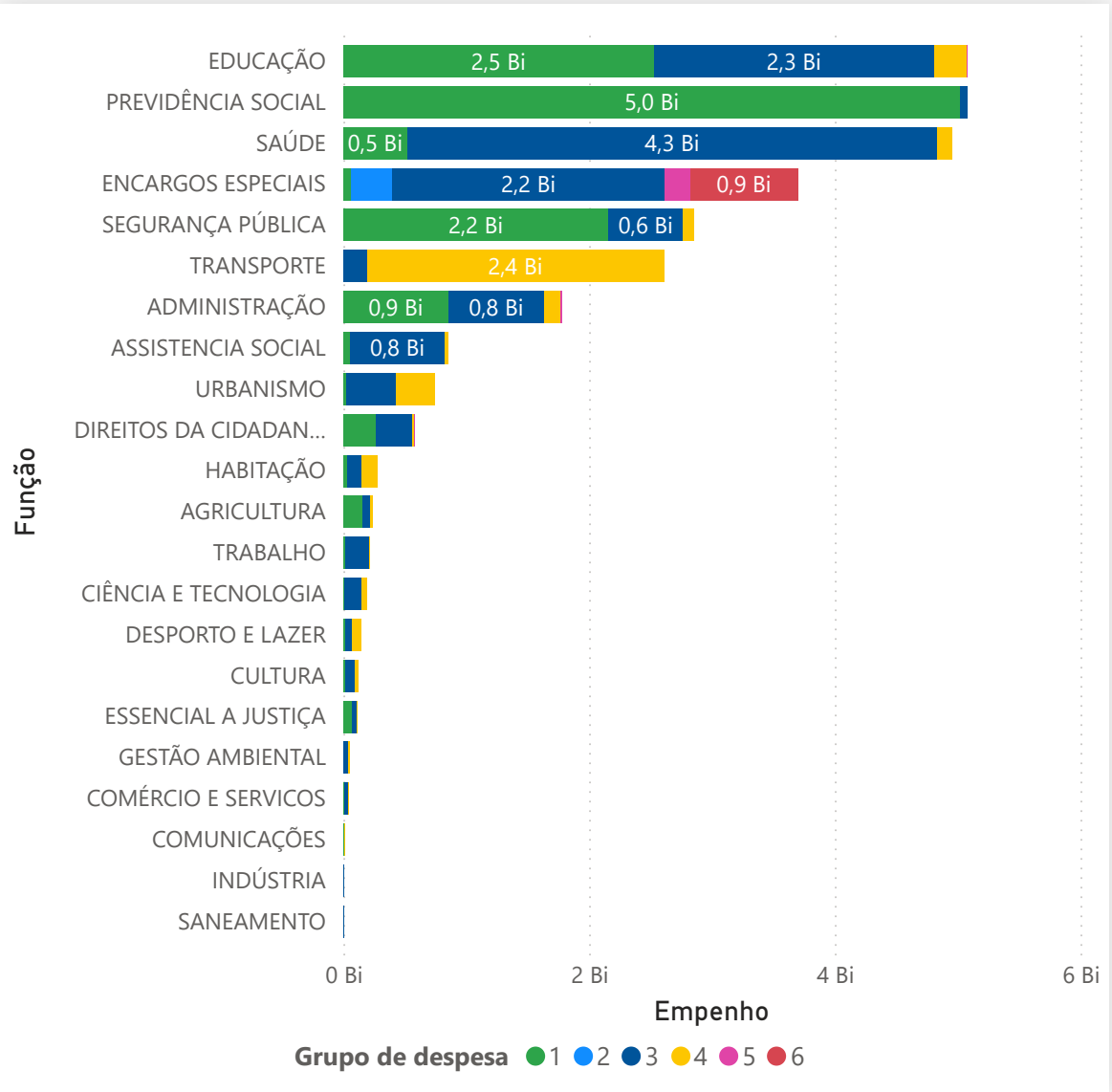


Despesa empenhada

Comparativo por grupo de despesa e função - Apenas Executivo



No Gráfico acima apresenta-se a execução orçamentária dos diferentes grupos de despesa e funções, considerando apenas o Poder Executivo. O principal grupo de despesa é Outras Despesas Correntes, correspondendo a **42,81%** do total. Em seguida, destacam-se as despesa com Pessoal e Encargos Sociais, que representa **39,88%**. Os Investimentos, por sua vez, representam **12,47%**. Destaca-se o empenho para as áreas de Saúde, Educação e Segurança Pública.



Despesa liquidada

Comparativo anual - Apenas Executivo

20,91 Bi

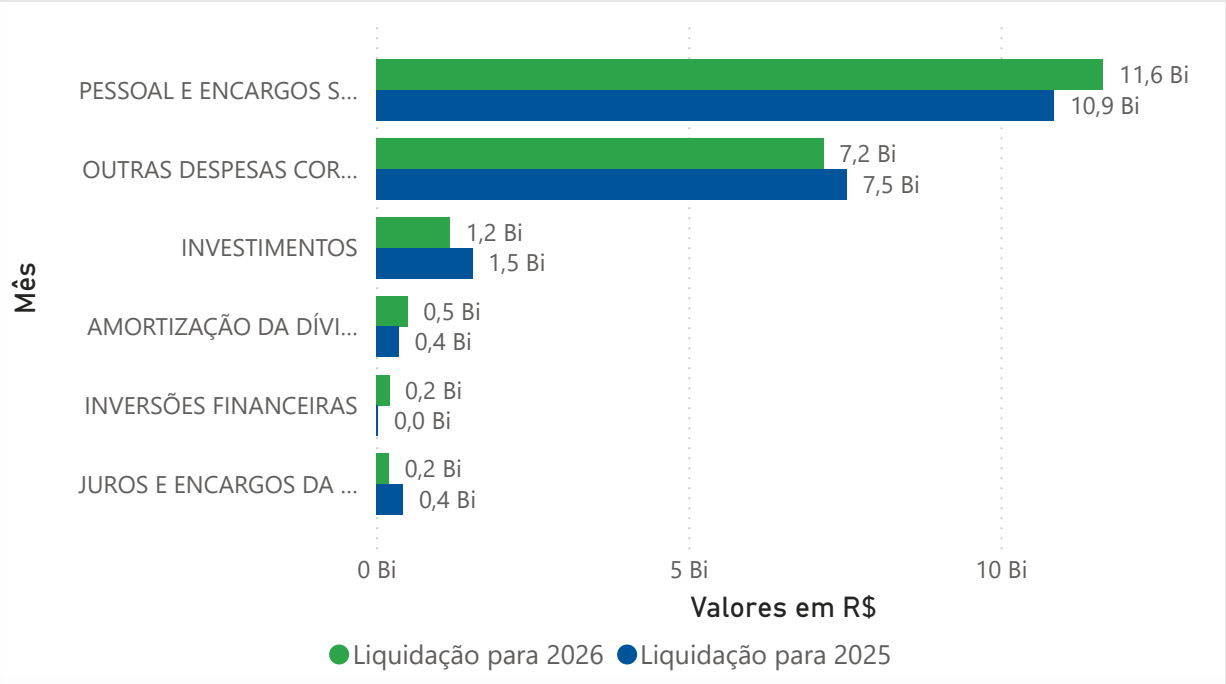
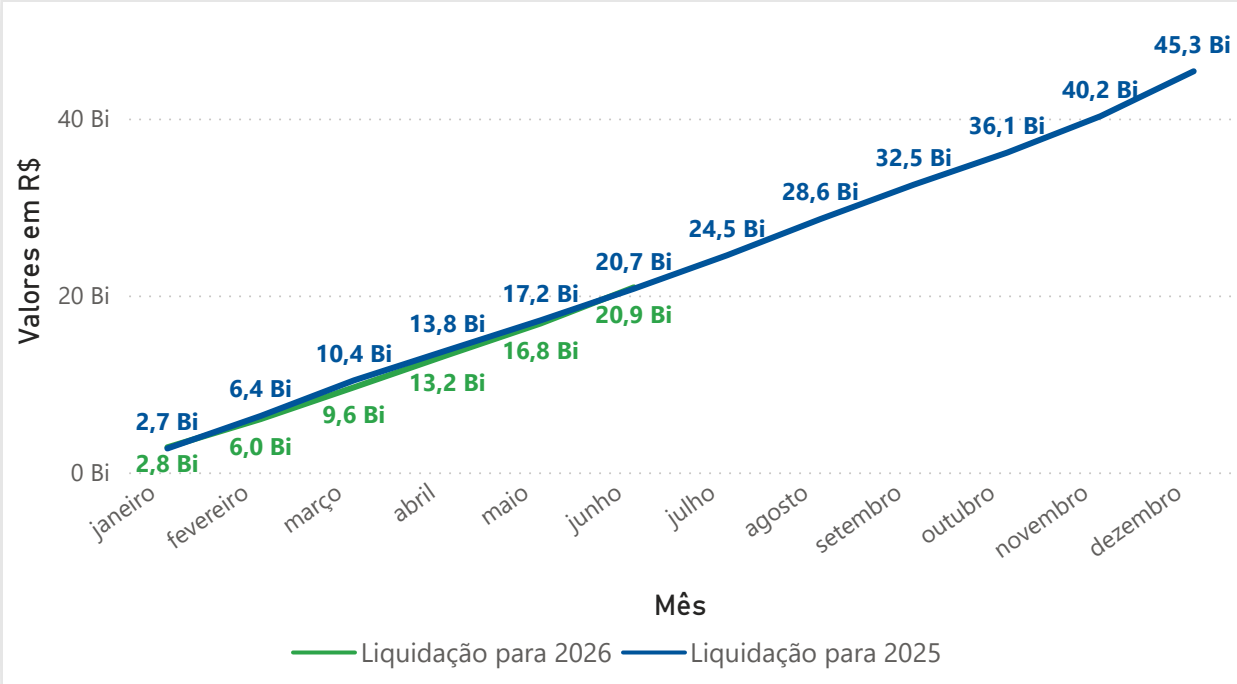
Realizado até junho
Despesa Liquidada em 2026

20,75 Bi

Realizado até junho
Despesa Liquidada em 2025

0,76%

Variação (%)
Despesa Total Liquidada

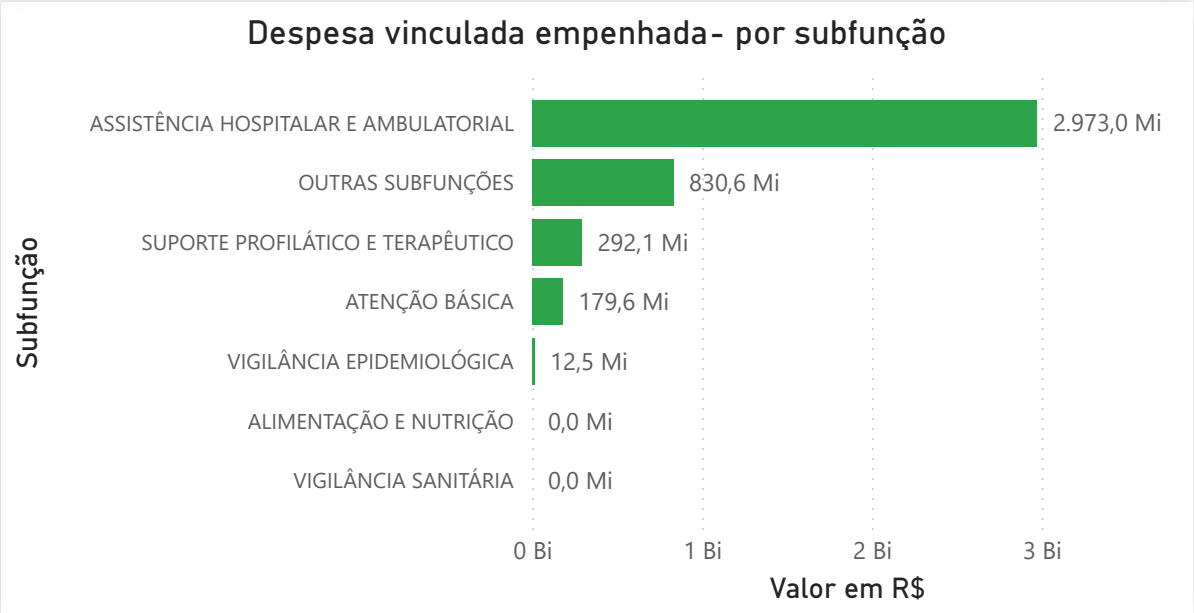
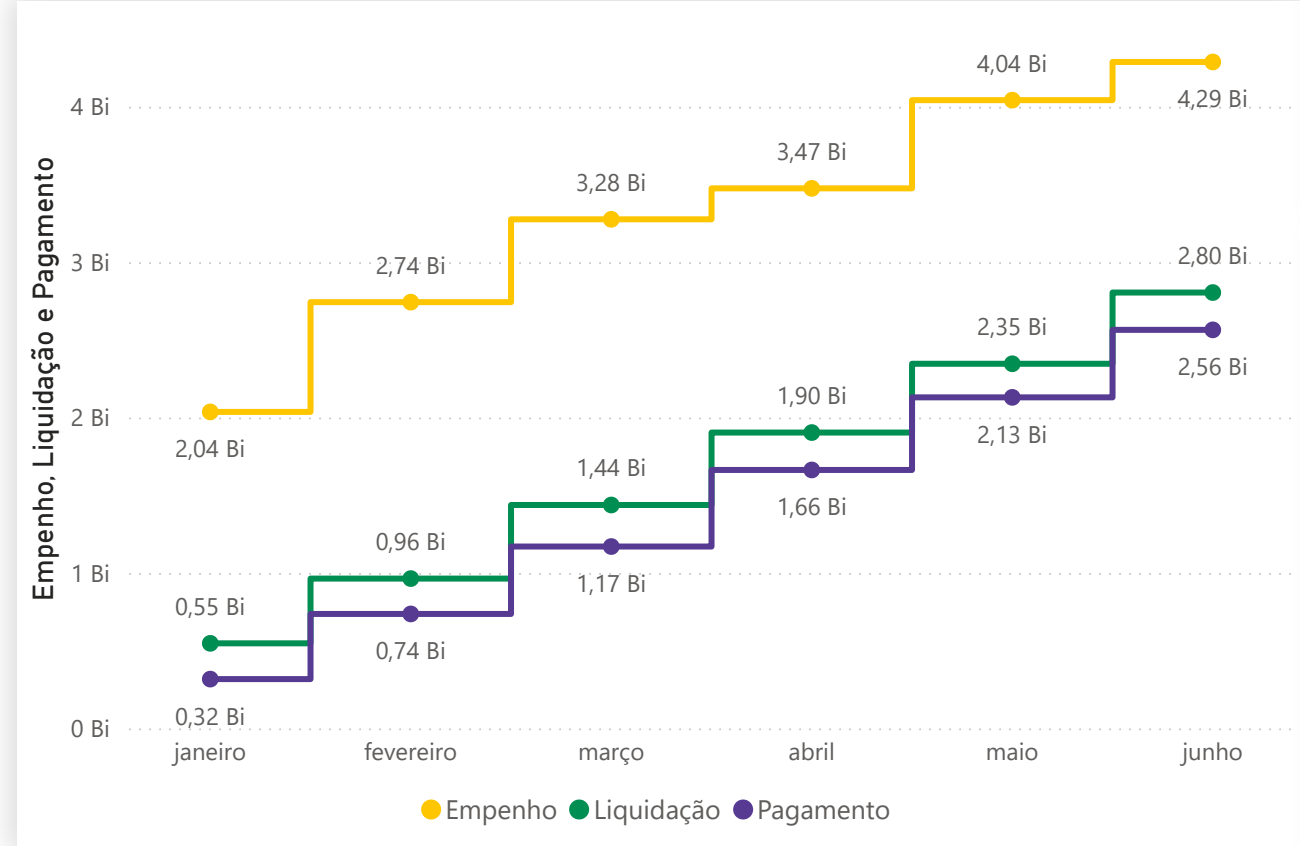


Acima apresenta-se a Despesa Liquidada do Poder Executivo. O total de despesa liquidada até junho de 2026 foi de **R\$ 20,91 bilhões**, o que representa um aumento de **0,76%** em relação ao mesmo período de 2025, quando a despesa totalizou **R\$ 20,75 bilhões**. Já o Gráfico à direita detalha as despesas por grupo, destacando que o maior componente é o de Pessoal e Encargos Sociais, que totalizou **R\$ 11,64 bilhões (+7,24%)**, seguido pelas Outras Despesas Correntes, com **R\$ 7,17 bilhões (-4,95%)** e os Investimentos que somaram **R\$ 1.179,48 milhões (-23,46%)**.

Mínimos Constitucionais

Despesa vinculada com Saúde

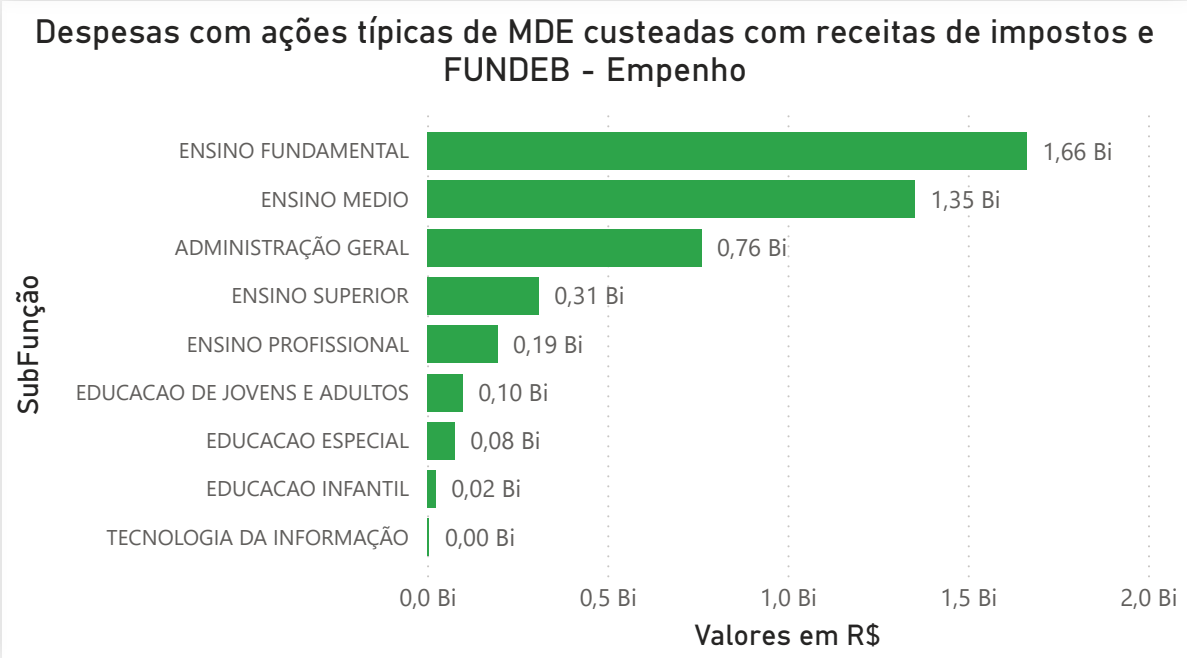
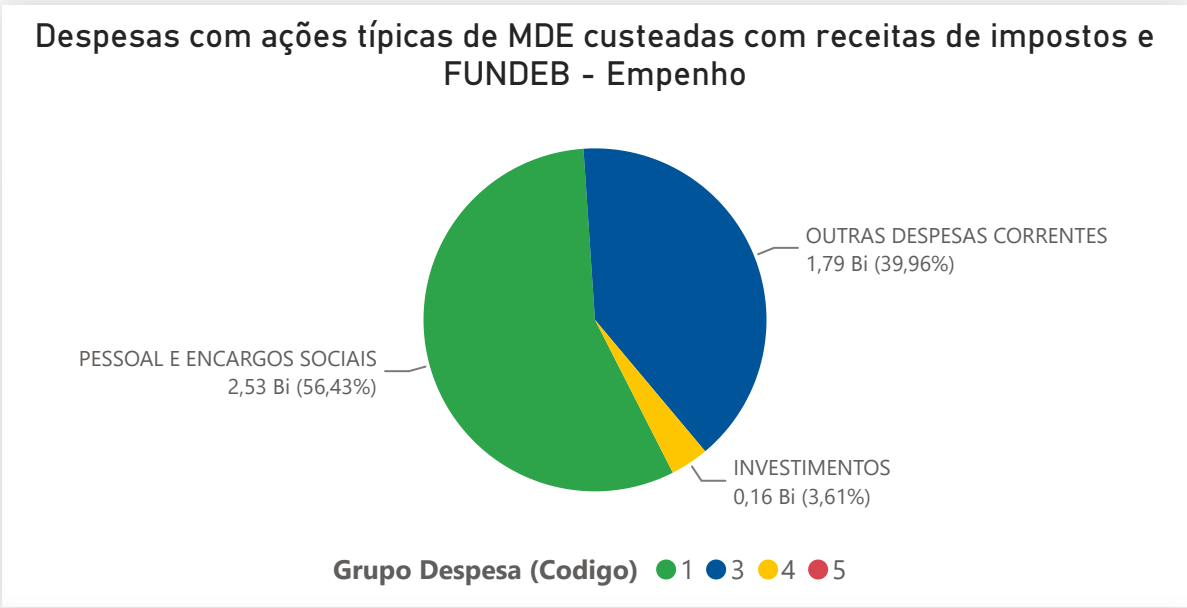
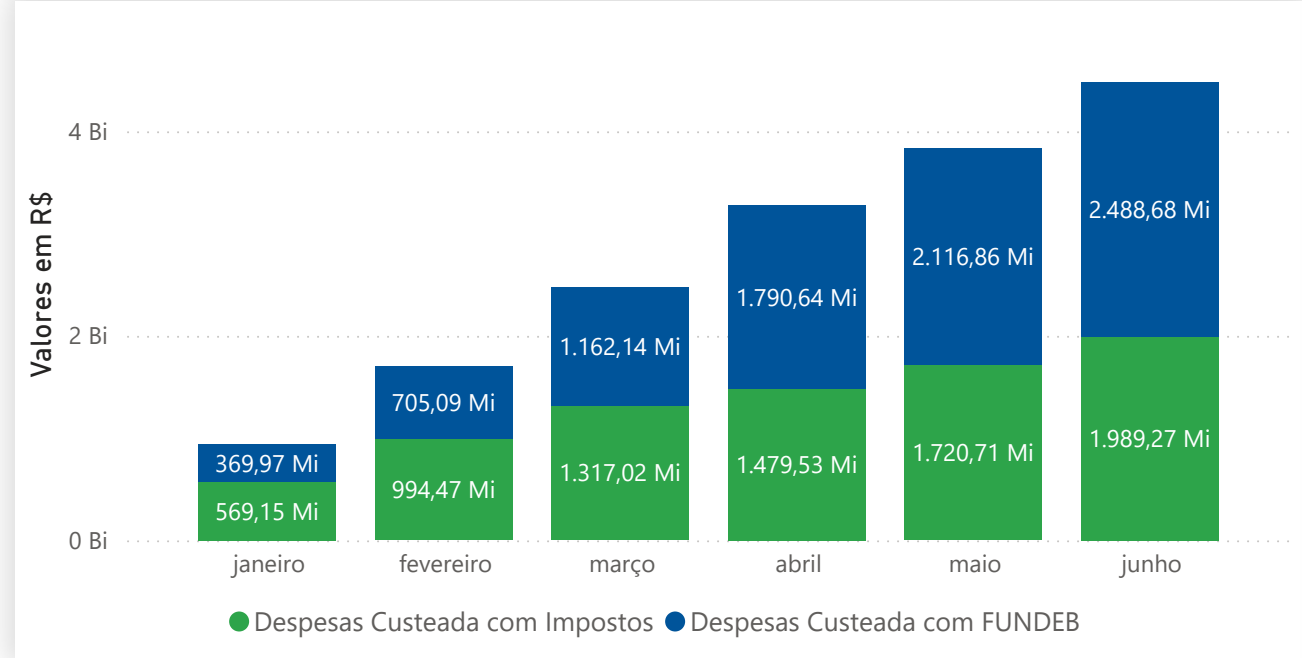
Esse painel apresenta a execução orçamentária das despesas relacionadas ao cumprimento do mínimo constitucional com saúde. Sob a ótica da execução, em junho de 2026, foram empenhados **R\$ 4,29 bilhões**, dos quais foram liquidados **R\$ 2,80 bilhões** e pagos **R\$ 2,56 bilhões**. Nos Gráficos ao lado, demonstram-se a despesa empenhada por grupo de despesas e por subfunção.



Mínimos Constitucionais

Despesa vinculada com Educação

Quanto à vinculação constitucional em educação, o Estado deve destinar, no mínimo, 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT) à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Deste montante, 20% da RLIT são retidos automaticamente para o FUNDEB, cabendo ao Estado o aporte complementar para atingir o limite exigido. Em junho de 2026, as despesas empenhadas com **Recursos de Impostos (exceto FUNDEB)** somaram **R\$ 1,99 bilhão**, enquanto as **Despesas custeadas com recursos do FUNDEB**, somaram **R\$ 2,49 bilhões**. Assim, o valor total aplicado em educação alcançou **R\$ 4,48 bilhões**.



4. PRINCIPAIS RESULTADOS

4.1	Resultado Orçamentário	34
4.2	Resultado Primário	35
4.3	Receita Corrente Líquida (RCL)	36
4.4	Despesa com Pessoal sobre RCL	37
4.5	Disponibilidade de Caixa	38

Nesta seção apresentam-se os principais resultados do Estado de Goiás em junho de 2026, como o Resultado Orçamentário, Resultado Primário, a Receita Corrente Líquida (RCL), os Limites de Despesa com Pessoal e a Disponibilidade de Caixa.



Resultado Orçamentário

Receitas e Despesas

24,83 Bi

Acumulado até junho
TOTAL DAS RECEITAS

24,41 Bi

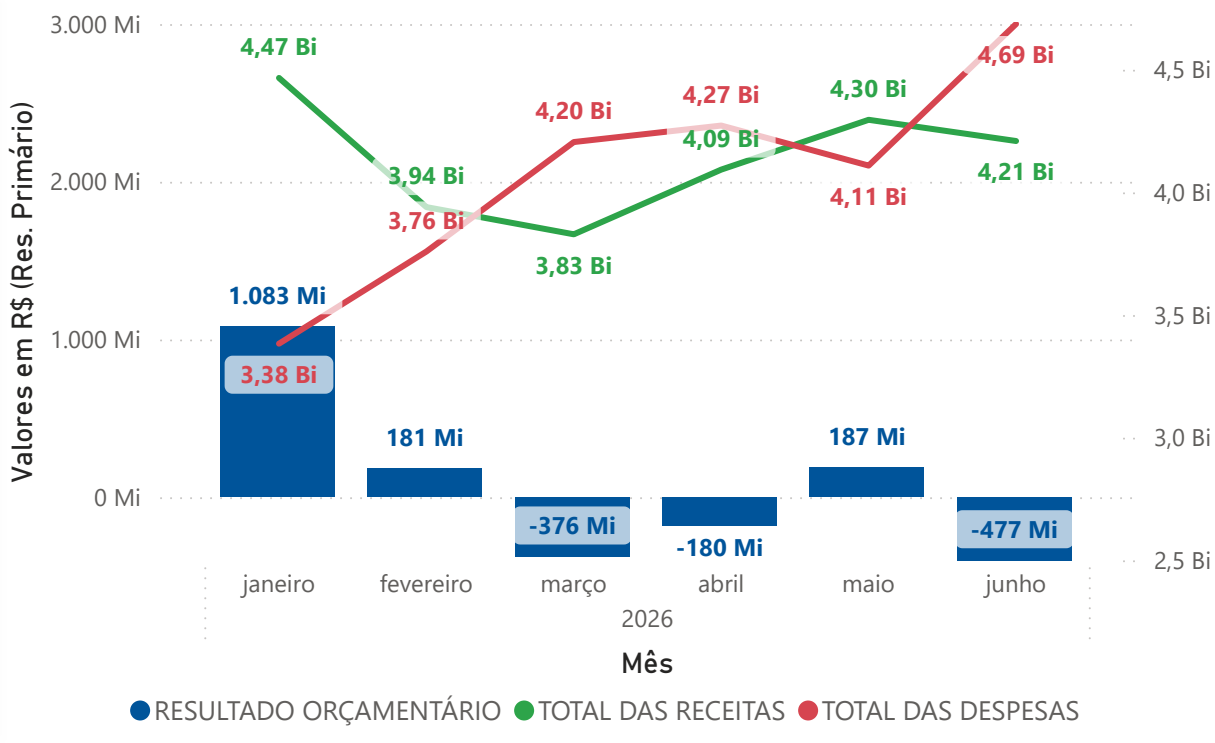
Acumulado até junho
TOTAL DAS DESPESAS LIQUIDADAS

418,34 Mi

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO ACUMULADO

RECEITAS (Realizadas)	2026 (Acumulado)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	23.913,89 Mi
RECEITAS CORRENTES	23.842,39 Mi
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	13.927,75 Mi
CONTRIBUIÇÕES	1.030,03 Mi
RECEITA PATRIMONIAL	1.140,02 Mi
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00 Mi
RECEITA INDUSTRIAL	0,00 Mi
RECEITA DE SERVIÇOS	97,47 Mi
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.973,67 Mi
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.673,44 Mi
RECEITAS DE CAPITAL	71,50 Mi
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	918,46 Mi
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	24.832,35 Mi
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00 Mi
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	24.832,35 Mi

DESPESAS (Liquidado)	2026 (Acumulado)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	23.472,57 Mi
DESPESAS CORRENTES	21.539,39 Mi
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.338,89 Mi
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	202,67 Mi
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.997,82 Mi
DESPESAS DE CAPITAL	1.933,18 Mi
INVESTIMENTOS	1.218,13 Mi
INVERSÕES FINANCEIRAS	209,58 Mi
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	505,48 Mi
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	941,44 Mi
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	24.414,01 Mi
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00 Mi
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	24.414,01 Mi



O resultado orçamentário representa o saldo entre receitas e despesas de todo o governo, incluindo componentes financeiros, como os juros e a amortização da dívida pública. No acumulado até junho de 2026, o total das receitas foi de **R\$ 24,83 bilhões**, enquanto as despesas totais no mesmo período somaram **R\$ 24,41 bilhões**. Assim, o Estado de Goiás registrou um superávit acumulado de **R\$ 418,34 milhões** no período.

Resultado Primário

Receitas e Despesas

22,11 Bi

Acumulado até junho

RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO RPPS)

22,86 Bi

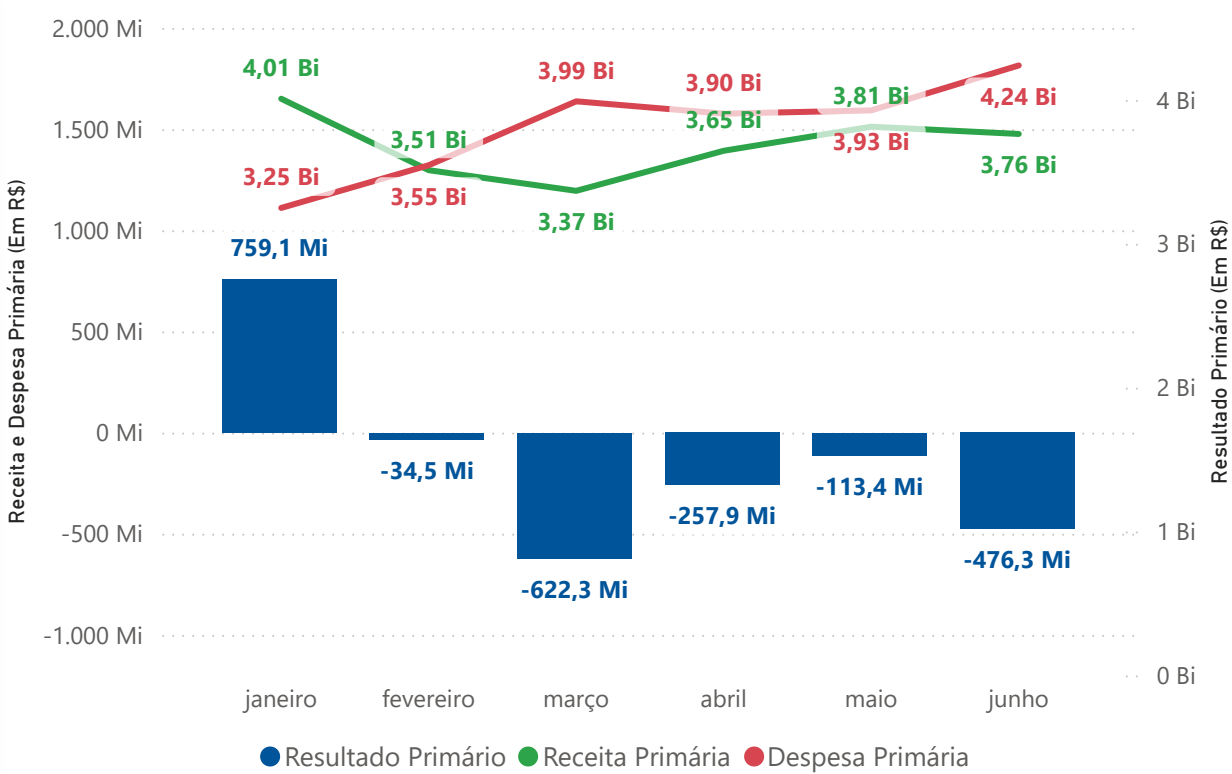
Acumulado até junho

DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO RPPS)

-745,39 Mi

RESULTADO PRIMÁRIO ACUMULADO

Descrição	Despesa Paga	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Pago
DESPEAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	19.992,00 Mi	136,88 Mi	566,87 Mi
Pessoal e Encargos Sociais	12.049,76 Mi	58,76 Mi	5,41 Mi
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	202,67 Mi	0,01 Mi	0,00 Mi
Outras Despesas Correntes	7.739,56 Mi	78,10 Mi	561,45 Mi
DESPEAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	19.789,33 Mi	136,86 Mi	566,87 Mi
DESPEAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	1.771,11 Mi	0,22 Mi	1,37 Mi
DESPEAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
DESPEAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	1.828,38 Mi	131,35 Mi	909,69 Mi
Investimentos	1.113,33 Mi	29,73 Mi	902,59 Mi
Inversões Financeiras	209,57 Mi	101,63 Mi	7,10 Mi
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
Demais Inversões Financeiras	209,57 Mi	101,63 Mi	7,10 Mi
Amortização da Dívida (XXVII)	505,48 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
DESPEAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	1.322,90 Mi	131,35 Mi	909,69 Mi
DESPEAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,45 Mi	0,00 Mi	0,09 Mi
DESPEAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	22.883,78 Mi	268,43 Mi	1.478,02 Mi
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	21.112,22 Mi	268,22 Mi	1.476,56 Mi



O Gráfico apresentado mostra a evolução mensal da Receita Primária, da Despesa Primária e do Resultado Primário ao longo de 2026.

Receita Corrente Líquida (RCL)

Acumulada 12 meses e mensal

3,76 Bi

Realizado em junho
(Valor mensal)

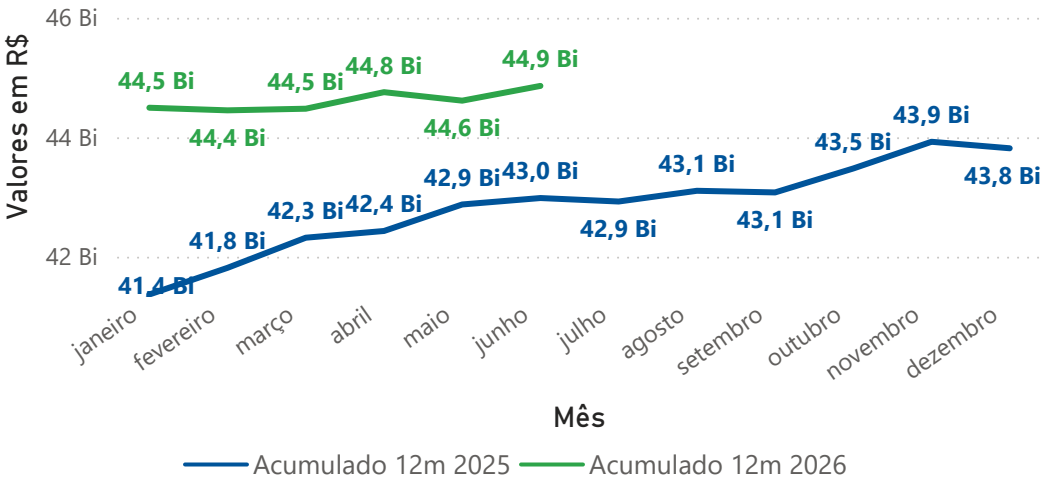
44,86 Bi

Realizado em junho
(Acum.12 meses)

Mês	Mensal 2025	Mensal 2026	Acumulado 12m. 2025	Acumulado 12m. 2026	Diferença (%) Mensal	Diferença (%) 12m Acumulado
janeiro	3.330 Mi	4.008 Mi	41.367 Mi	44.493 Mi	▲ 20,38%	▲ 7,56%
fevereiro	3.555 Mi	3.512 Mi	41.813 Mi	44.449 Mi	▼ -1,23%	▲ 6,31%
março	3.341 Mi	3.368 Mi	42.317 Mi	44.477 Mi	▲ 0,81%	▲ 5,10%
abril	3.370 Mi	3.647 Mi	42.430 Mi	44.754 Mi	▲ 8,22%	▲ 5,48%
maio	3.956 Mi	3.814 Mi	42.874 Mi	44.612 Mi	▼ -3,59%	▲ 4,05%
junho	3.516 Mi	3.763 Mi	42.981 Mi	44.859 Mi	▲ 7,03%	▲ 4,37%
julho	3.378 Mi		42.923 Mi			
agosto	3.539 Mi		43.103 Mi			
setembro	3.532 Mi		43.075 Mi			
outubro	4.349 Mi		43.476 Mi			
novembro	4.072 Mi		43.923 Mi			
dezembro	3.877 Mi		43.814 Mi			

A Receita Corrente Líquida (RCL) é um dos principais indicadores das finanças públicas, utilizada, entre outros fins, para monitorar o cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em relação à Despesa com Pessoal. Para o mês de **junho** de 2026, a RCL acumulada nos últimos 12 meses foi de **R\$ 44,86** bilhões, crescimento de **4,37%** na comparação com o mesmo período do ano anterior.

RCL acumulada 12 meses



Realizado 2025 e Realizado 2026 por Mês



Despesa com Pessoal sobre a RCL*

Comparativo anual - Apenas Executivo

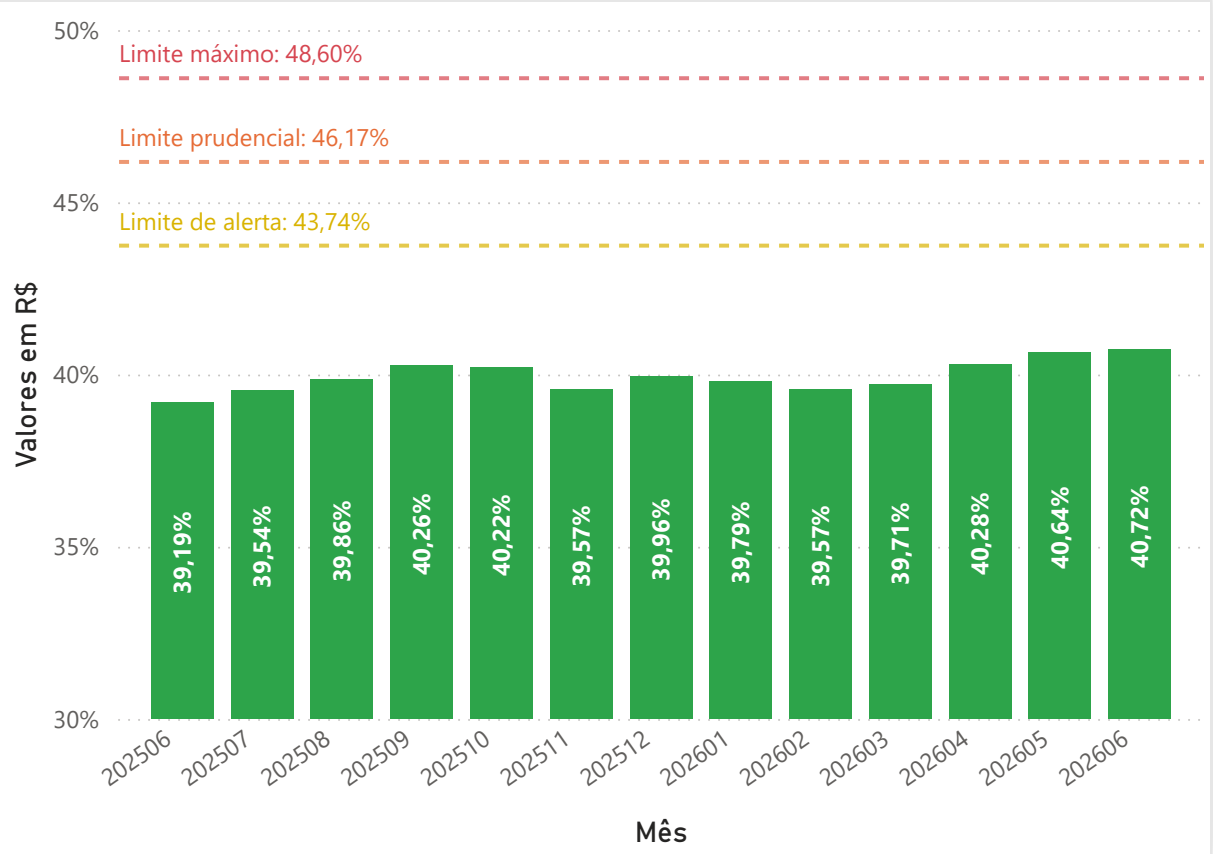
18,81 Bi

Realizado em junho
(Acum.12 meses)

40,72%

Realizado em junho
(Acum.12 meses)

Ano (Mês)	Despesa com Pessoal (DTP) Acumulada 12m	Receita Corrente Líquida Ajustada Acumulada 12m	DTP sobre RCL ajustada
202606	18.805,62 Mi	46.187,46 Mi	40,72%
202605	18.683,95 Mi	45.979,39 Mi	40,64%
202604	18.597,42 Mi	46.172,50 Mi	40,28%
202603	18.242,96 Mi	45.945,56 Mi	39,71%
202602	18.173,46 Mi	45.922,80 Mi	39,57%
202601	18.302,10 Mi	45.997,13 Mi	39,79%
202512	18.124,23 Mi	45.360,61 Mi	39,96%
202511	17.972,03 Mi	45.424,06 Mi	39,57%
202510	18.083,95 Mi	44.965,55 Mi	40,22%
202509	17.933,00 Mi	44.540,36 Mi	40,26%
202508	17.755,98 Mi	44.545,82 Mi	39,86%
202507	17.526,11 Mi	44.329,87 Mi	39,54%
202506	17.374,86 Mi	44.334,41 Mi	39,19%



A 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) trouxe uma mudança significativa na apuração da Despesa Total com Pessoal (DTP) para fins de verificação dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesta nova edição, os contratos com Organizações Sociais (OS) foram excluídos da base de cálculo da DTP. Em julho de 2026, a despesa acumulada em 12 meses totalizou **R\$ 18,81 bilhões**. Considerando a Receita Corrente Líquida Ajustada para limites de DTP de R\$ **46,19 bilhões** no período, o índice DTP/RCL ficou em **40,72%**. Este resultado situa o Estado abaixo do Limite de Alerta (**43,74%**).

* Valores representam uma estimativa.

Disponibilidade de Caixa

Disponibilidade de Caixa Bruta e Líquida - Apenas Executivo

7,77 Bi

Realizado em junho
DISP. CAIXA LÍQUIDA CUTE 2026

11,85 Bi

Realizado em junho
DISP. CAIXA LÍQUIDA CUTE 2025

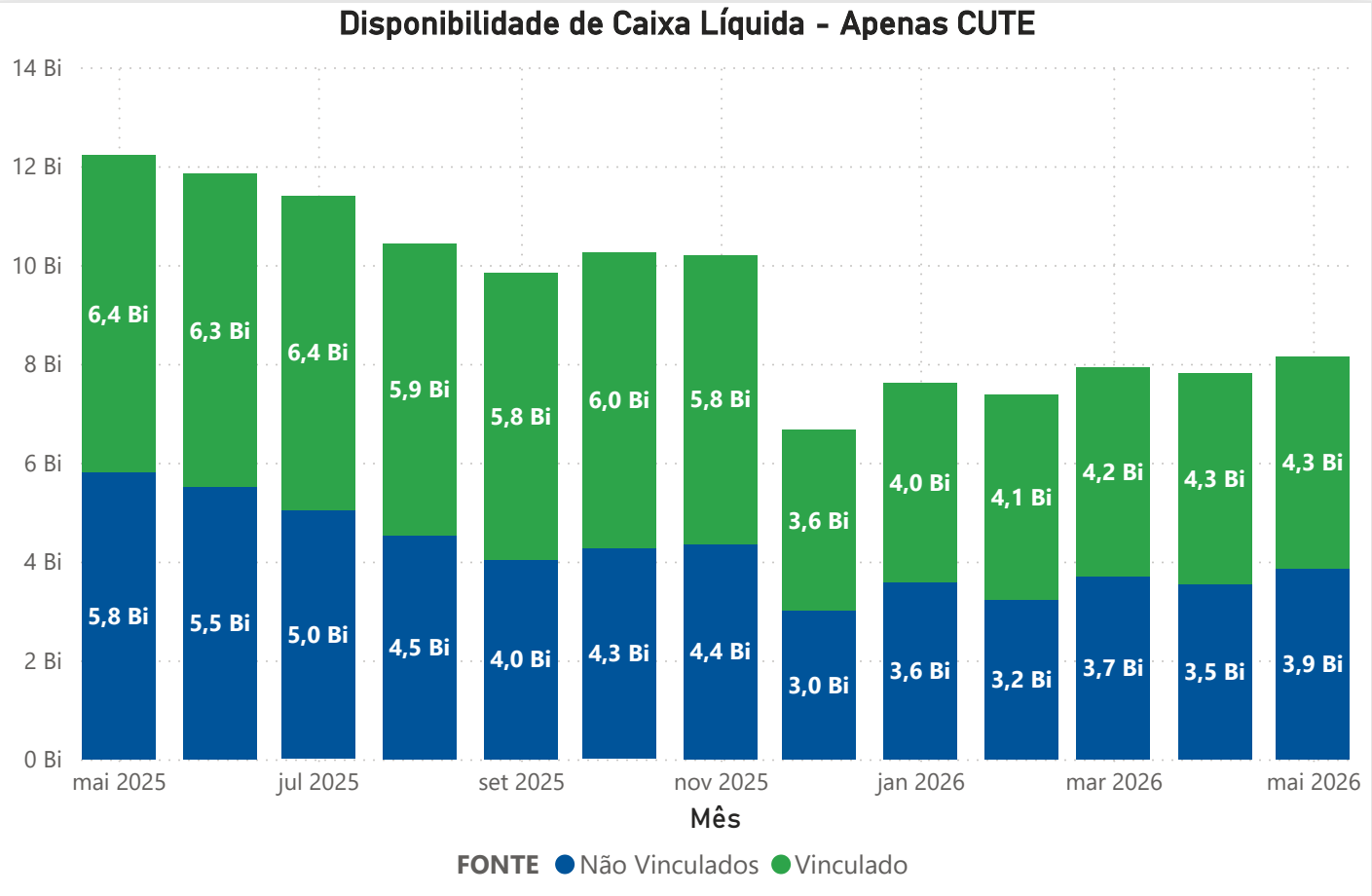
-34,40%

VARIAÇÃO (%)

FONTE	Disponibilidade de caixa bruta (a)	Disponibilidade Caixa bruta fora CUTE (b)	Restos a Pagar (c)	Outras Obrigações Financeiras (d)	Disp. de caixa líquida da CUTE (a-b-c-d)
Não Vinculados	4.117,38 Mi	295,06 Mi	264,64 Mi	74,64 Mi	3.483,04 Mi
Vinculado	7.700,86 Mi	2.590,26 Mi	515,72 Mi	307,04 Mi	4.287,85 Mi
Total	11.818,24 Mi	2.885,32 Mi	780,36 Mi	381,68 Mi	7.770,89 Mi

O painel apresenta a Disponibilidade de Caixa Bruta e Líquida do Poder Executivo no período de junho de 2026. A Disponibilidade de Caixa Bruta alcançou **R\$ 11,82 bilhões**. Após a dedução da parcela fora da Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE) **R\$ 2,89 bilhões**, dos Restos a Pagar **R\$ 780,36 milhões** e de outras obrigações financeiras **R\$ 381,68 milhões**, a Disponibilidade de Caixa Líquida da CUTE totalizou **R\$ 7,77 bilhões**.

Além disso, observa-se que a Disponibilidade de Caixa Líquida apresentou uma redução de **-34,40%** em relação ao mesmo período do ano anterior, quando totalizava **R\$ 11,85 bilhões**. Essa redução reflete, em parte, a utilização da poupança financeira acumulada em exercícios anteriores para o financiamento das despesas e a execução da programação financeira do Estado, não representando, isoladamente, uma deterioração da capacidade financeira do Tesouro.





DANIEL ELIAS CARVALHO VILELA
Governador do Estado de Goiás

RENATA LACERDA NOLETO
Secretária de Estado da Economia

ALYNE ANTEVELI OSAJIMA
Secretária-Adjunta

WEDERSON XAVIER DE OLIVEIRA
Subsecretário do Tesouro Estadual

JULIANA CAMILO MANZI PORTO
Superintendente Financeira

PAULO ROBERTO SCALCO
Gerente de Projeções e Análises Fiscais

MÁRIO MENDES BARBOSA JÚNIOR
Subsecretário Central de Orçamento

WAYSER LUIZ PEREIRA
Subsecretário da Receita Estadual

DEIBE PAIVA LIMA
Superintendente de Informações Fiscais

MARCELO DE MESQUITA LIMA
Superintendente de Controle e Auditoria

FABIANO GOMES DE PAULA
Superintendente de Recuperação de Créditos

GUSTAVO HENRIQUE DOS REIS CARDOSO
Superintendente de Fiscalização Regionalizada

MARINA TORRES PACHECO
Gerente de Integração e Análise de Dados

FERNANDO CÉSAR GANZER
Gerente de Combustíveis

NIXON WANDER GENTIL RAMALHO
Gerente de Substituição Tributária

HELBER RICARDO DE OLIVEIRA
Gerente de Auditoria de Indústria e Atacado

ROBERTO GONÇALVES DE CASTRO
Gerente de Auditoria de Varejo e Serviços

MÁRCIO ANDRÉ MARTINS DOS SANTOS
Gerente de Auditoria das Operações de Comércio Exterior e SUFRAMA

RODRIGO DE PAULA SILVA
Gerente do ITCD

JORGE ARÊAS DIMARIA DA SILVA
Gerente do IPVA

EQUIPE TÉCNICA
Jorge Henrique Barros Lemos – GIAD
Leandro Bueno Chaves - GIAD
Ramon Raito Philot Mathias - GIAD
Graciela Aparecida Profeta - GEPAF
Luiz Batista Alves - GEPAF
Natanael Soares Leite – GEPAF
Raphael Maciel de Lima – GEPAF



Secretaria de Estado da Economia

